



Programa REM-MT
Subprograma Territórios Indígenas

**Relatório da 6ª Reunião de Governança
Indígena**

Cuiabá, 14 a 16 de dezembro de 2021



Programa REDD+ REM-MT
Subprograma Territórios Indígenas

Governo do estado do Mato Grosso

Mauro Mendes

Secretaria de Meio Ambiente do estado do Mato Grosso

Mauren Lazzaretti

Coordenação do Programa REM-MT

Lígia N. Vendramini

Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas

Marcos Ferreira

Paula Vanucci

Equipe de facilitação - Consultoria Internacional GOPA

Magaly Medeiros

Wladimir Sena

Apresentação

O Subprograma Territórios Indígenas, no âmbito da estrutura do Programa REM-MT, é composto por três Eixos Temáticos, dentre eles, o Eixo de Governança, onde está prevista a realização de reuniões da Comissão de Governança, órgão de assessoramento com poder deliberativo e vinculado à Coordenação do Subprograma.

Nesse contexto, apresentamos o Relatório da 6ª Reunião de Governança Indígena do Subprograma Indígena do Programa REM-MT, realizada no período de 14 a 16 de dezembro de 2021, com a participação de membros titulares e suplentes, além de convidados que se fizeram presentes para apresentarem os resultados da execução do Subprograma.

O presente documento contempla uma breve contextualização, objetivos e programação da reunião, bem como um Resumo Executivo. Em seguida, relata o desenvolvimento das atividades ocorridas nos três dias de reuniões. Por fim, apresenta uma breve avaliação dos Projetos do Plano Emergencial de Enfrentamento à Covid-19 implementado nas sete regionais e os resultados da aplicação de um formulário de avaliação online aplicado em formato *Google Forms*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 . Programação ajustada da 6ª Reunião de Governança do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM-MT, por deliberação da Comissão de Governança Indígena..... 8

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1- Material de apoio produzido para a 6ª Reunião de Governança do Subprograma REM-MT.....	7
Figuras 2- Abertura composta pela Coordenadora Geral do REM-MT, Gerente do FUNBIO, Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas e Presidente da FEPOIMT (da esquerda para direita).....	12
Figuras 3- Apresentação dos participantes da 6ª Reunião de Governança, nome, instituição e expectativa	13
Figuras 4- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19 dos Povos do TIX: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora ATIX, Regional Xingu.....	19
Figuras 5- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora TNC Regional Xavante e Médio Araguaia	21
Figuras 6- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora ICV Regional Cerrado-Pantanal.....	23
Figuras 7- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora ICV Regional Vale do Guaporé	25
Figuras 8- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora ICV Regional Noroeste	27
Figuras 9- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora Instituto Raoni Regional Kayapó Norte.....	28
Figuras 10 - Resultados do Grupos de Trabalho: Comunicação, Logística, Gestão e Burocracia	32

ANEXOS

1. Programação
2. Lista de Presença
3. Apresentação COP 26 - FEPOIMT
4. Apresentação Gestão Financeira Subprograma TI - FUNBIO
5. Apresentação Fortalecimento FEPOIMT – Fase 1
6. Apresentação Regional Xingu - Plano Emergencial
7. Apresentação Regional XAVANTE - Plano Emergencial
8. Apresentação Regional Médio Araguaia – Plano Emergencial
9. Apresentação Regional Cerrado-Pantanal, Vale do Guaporé, Noroeste
10. Apresentação Kaiapó Norte
11. Apresentação parceiro – Planejamento 2022 CMCR+
12. Resultado Formulário de Avaliação dos Indicadores (*Google Forms*)

Sumário

Apresentação	3
I. Contextualização	5
II. Objetivos, Planejamento, Programação e Participantes.....	6
III. Resumo Executivo.....	9
IV. Desenvolvimento das atividades.....	11
4.1 Primeiro dia – Abertura, informes gerais, Apresentações	11
4.2 Segundo dia – apresentação dos temas, debates e deliberações	25
4.1.Terceiro dia – apresentações dos temas, debates e deliberações	33

I. Contextualização

O Programa REDD *Early Movers* do Mato Grosso (REM-MT) é um instrumento firmado entre o Governo do estado do Mato Grosso e o Governo Alemão, por intermédio do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), e o Governo inglês, via Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS). A operação desta contribuição financeira se dá por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) que repassa os recursos para o governo estadual.

Este instrumento permite a remuneração sobre resultados (ex-post) de reduções das emissões de gases efeito estufa decorrentes do desmatamento no Mato Grosso. Desta forma, a sua aplicação está em consonância com as determinações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), sendo a sua principal finalidade a mitigação do clima que inclui, como uma das suas principais estratégias, a proteção das florestas.

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA) é o gestor técnico – administrativo deste Programa e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) é o gestor financeiro e operacional. Os recursos previstos para a atual fase do Programa estão distribuídos entre quatro subprogramas, sendo 60% destinados a três Subprogramas: a) Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais; b) Territórios Indígenas; c) Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis. E 40% dos recursos são aplicados no Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes.

O REM-MT visa apoiar ações para indígenas no Mato Grosso, um estado que conta com uma forte diversidade sociocultural de povos originários que habitam os biomas do Cerrado, Pantanal e Amazônia. As ações visam alcançar sete regionais indígenas: i) Cerrado-Pantanal, contemplando 06 povos; ii) Kaiapó Norte, com cerca de 10 povos; iii) Médio Araguaia, envolvendo 05 povos; iv) Noroeste, englobando 13 povos; v) Xavante; vi) Xingu, com 16 povos; vii) Vale do Guaporé, contando com 04 povos indígenas.

A 1ª Assembleia dos Povos Indígenas de Mato Grosso, e formação da Comissão de Apoio e Articulação da FEPOIMT, ocorreu durante A 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada em Brasília em 14 a 17 de dezembro de 2015. Em 05 de junho de 2016, foi realizada a 2ª Assembleia dos Povos Indígenas de Mato Grosso, que passaria a ser reconhecida também como a 1ª Assembleia Geral da FEPOIMT, resultando na sua criação com aprovação do estatuto e a eleição dos membros da gestão provisória. Em 2017, foi realizada a 3ª Assembleia dos Povos Indígenas de Mato Grosso e a 2ª Assembleia Geral da FEPOIMT. A constituição atual da FEPOIMT como pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos se deu em 27 de outubro de 2017, para atuar com a missão de representar institucionalmente os 43 povos indígenas do estado (além dos povos voluntariamente isolados), sendo pautada pela garantia de direitos, proteção territorial e sustentabilidade.

A construção do Subprograma Territórios Indígenas do REM-MT remonta a 2017, quando o Governo do Estado, com o apoio da GIZ, realizou oficinas e reuniões com representantes institucionais e de territórios indígenas em um processo de Consulta Livre Prévia Informada. O término desse processo foi na 4ª Assembleia dos Povos Indígenas de Mato Grosso e 3ª Assembleia Geral da FEPOIMT, quando a proposta para o Subprograma Territórios Indígena foi aprovada, pelos representantes da Comissão de Governança e entregue ao governo estadual, no dia 30 de novembro de 2018.

A 5ª Assembleia dos Povos Indígenas de Mato Grosso e 4ª Assembleia Geral da FEPOIMT foi realizada em 17 a 21 de outubro de 2019 e teve como uma das finalidades apoiar o processo de construção do Subprograma de Territórios Indígenas que daria início no segundo semestre de 2019. A partir destas demandas foram formatados três eixos temáticos: i) Fortalecimento Institucional, ii) Governança; iii) Projetos para os Povos Indígenas.¹

A Comissão de Governança do Subprograma Territórios Indígenas², instância criada para deliberar sobre questões referentes ao Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM-MT, iniciou suas atividades em 2019. Nesse ano, esteve reunida em 03 reuniões ordinárias realizadas em 01 a 03 de agosto, 17 a 20 de setembro e 11 a 13 de novembro. Em 2020, em decorrência da pandemia Covid-19 em 2020, só foi realizada uma reunião, sendo esta a 4ª reunião de Governança Indígena, em formato virtual.

A convocação da 4ª reunião de Governança Indígena teve como objetivo a apreciação, a aprovação e os encaminhamentos para a implementação do *“Plano Emergencial de Enfrentamento ao Coronavírus – COVID 19 para os Povos Indígenas do Mato Grosso”*.

O Plano Emergencial de Enfrentamento à Covid 19 foi composto por quatro eixos: i) segurança alimentar e nutricional; ii) saúde comunitária; iii) comunicação, sob responsabilidade do ICV/FEPOIMT; iv) combate a incêndios florestais. Este último eixo foi incorporado ao Plano por demanda da própria Governança, em virtude da ocorrência de grandes incêndios florestais em todo o estado do Mato Grosso, ocorrido em 2019 e 2020, que atingiram os territórios indígenas e seu entorno.

A 5ª reunião da Governança Indígena ocorreu entre os dias 05, 06 e 07 de outubro de 2021 em formato presencial, com todos os cuidados necessários de distanciamento e uso de máscaras conforme as orientações sanitárias recomendadas. Também foi transmitida pela plataforma virtual *ZoomMeeting* para atender aqueles participantes que não puderam estar presentes devido ao cenário atual de pandemia do coronavírus.

A 6ª reunião da Comissão de Governança Indígena ocorreu no período de 14 a 16 de dezembro de 2021, em formato presencial, com todos os cuidados necessários de distanciamento e uso de máscaras, conforme as orientações sanitárias recomendadas.

II. Objetivos, Planejamento, Programação e Participantes

2.1. Objetivos

Os objetivos estabelecidos para a 6ª reunião de governança, foram definidos previamente em reuniões de planejamento. O objetivo principal foi de realizar uma avaliação das ações

¹ Englobam os temas de fortalecimento sociocultural; sustentabilidade e meio ambiente; Vigilância e Monitoramento dos Territórios Indígenas; Produção e Coleta para a segurança e soberania alimentar e nutricional; gestão territorial em terras indígenas; mulheres indígenas, equidade e gênero; infraestrutura nas aldeias.

² Participam como órgãos consultivos e de assessoramento da Governança: (i) Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Gestor Técnico do Programa), (ii) Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), (iii) Secretaria de Assuntos Indígenas (SAE), (iv) Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), (v) Funai, (vi) Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI Cuiabá) e (vii) Comitê de Mudanças Climáticas.

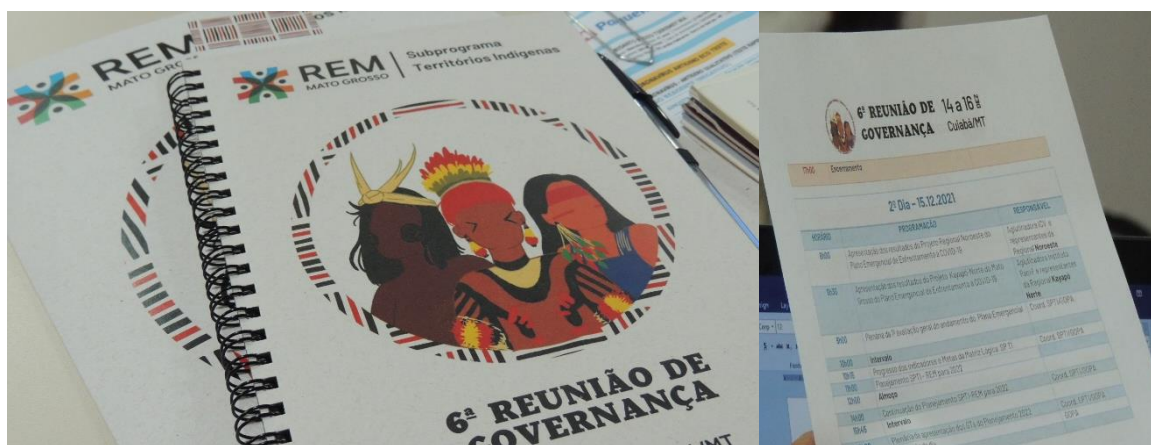
executadas pelo Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM-MT de forma a subsidiar o planejamento para o ano de 2022. Teve como objetivos específicos:

- (i) Avaliar os resultados alcançados no Eixo 1 do Subprograma - Projeto de Fortalecimento Institucional da FEPOIMT Fase I;
- (ii) Avaliar os resultados alcançados no Eixo 3 do Subprograma - Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid-19;
- (iii) Validar a versão final do Projeto de Fortalecimento Institucional da FEPOIMT Fase II;
- (iv) Elaborar e validar o Planejamento das ações para 2022.

2.2 Planejamento e Programação

O planejamento prévio das atividades realizadas e relatadas neste relatório, bem como a organização e apoio logístico do evento foi realizado pela Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM-MT, apoiados pela Consultoria Internacional (GOPA) na preparação metodológica e facilitação do mesmo. Para tanto, foram feitas reuniões e consultas prévias às instituições participantes, como FUNBIO e FEPOIMT, possibilitando a estruturação da programação com os principais temas.

Contou ainda, com a colaboração do Setor de Comunicação do REM-MT, apoiando na produção de material de apoio (Fig. 1) e cobertura do evento. A programação original está descrita no Anexo 1, destacando que durante o decorrer do evento, a programação original sofreu ajustes, deliberando-se que alguns temas fossem suprimidos e repassados para a próxima reunião da Comissão de Governança, a ser realizada em 2022. Estas alterações estão atualizadas, conforme Quadro 1.



Figuras 1- Material de apoio produzido para a 6ª Reunião de Governança do Subprograma REM-MT

Quadro 1 . Programação ajustada da 6ª Reunião de Governança do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM-MT, por deliberação da Comissão de Governança Indígena.

Horário	14/12	15/12	16/12
08h30	<p>Boas Vindas Mística indígena</p> <p>Abertura Apresentação dos participantes</p> <p>Programação e Acordos de Convivência</p> <p>Informes Gerais</p> <p>Apresentação Gestão Financeira do Subprograma TI - FUNBIO</p> <p>Apresentação de Resultados Alcançados: i. Projeto Fortalecimento Institucional da FEPOIMT Fase I - ICV e FEPOIMT</p>	<p>Leitura da Ata da 5ª Reunião de Governança</p> <p>(cont.)</p> <p>viii. Plano Emergencial de Enfrentamento a COVID-19 Regional Noroeste - Aglutinadora ICV e representantes</p> <p>ix. Plano Emergencial de Enfrentamento a COVID-19 Regional Kayapó Norte - Aglutinadora Inst. Raoni e representantes</p> <p>Formação de Grupos de Trabalho – avaliação dos desafios, resultados e lições</p>	<p>Leitura dos destaques e votação da Ata da 5ª Reunião de Governança</p> <p>Apresentação do Planejamento do Projeto Fortalecimento Institucional da FEPOIMT – Fase II (2022) Resumo Executivo para as ações de 2022</p> <p>Planejamento dos Parceiros: GIZ, FUNAI, CMCR+ (Salvaguardas)</p>
12h00	almoço	almoço	almoço
14h00	<p>ii. Comunicação do Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid-19 – ICV e FEPOIMT</p> <p>iii. Plano Emergencial de Enfrentamento a COVID-19 Regional Xingu - Aglutinadora ATIX e representantes</p> <p>iv. Plano Emergencial de Enfrentamento a COVID-19 Regional Xavante - Aglutinadora TNC e representantes</p> <p>v. Plano Emergencial de Enfrentamento a COVID-19 Regional Médio Araguaia - Aglutinadora TNC e representantes</p> <p>vi. Plano Emergencial de Enfrentamento a COVID-19 Cerrado-Pantanal - Aglutinadora ICV e representantes</p> <p>vii. Plano Emergencial de Enfrentamento a COVID-19 Regional Vale do Guaporé - Aglutinadora ICV e representantes Avaliação do dia</p>	<p>Apresentação dos Grupos de Trabalho (4)</p> <p>Avaliação em Plenária</p> <p>Avaliação do dia</p>	<p>Edital – passos para operacionalização</p> <p>Reunião interna de governança</p> <p>Plenária final - Todos Avaliação e Encaminhamentos</p> <p>Avaliação do dia</p>

2.3 Participantes, metodologias e Acordos

A 6ª Reunião de Governança contou com a participação de um total de 42 participantes. Estiveram presentes 16 representantes indígenas da governança, sendo sete (07) lideranças titulares e cinco (05) lideranças suplentes representando as regionais, dois (2) representantes da TAKINÁ e dois (2) representantes da FEPOIMT. Os demais representantes da governança de instituições de governo totalizaram 12 participantes: Coordenação do Programa REM-MT (2); Subprograma Territórios Indígenas do REMT MT (2); Coordenação de Mudanças Climáticas e REDD+ (2), FUNBIO (2), Fundação Nacional do Índio – FUNAI (1), GOPA (2), GIZ (1). Estiveram presentes como convidados, seis (06) representantes das Aglutinadoras dos Projetos do Plano Emergencial de Enfrentamento à Covid 19, sendo estes dois (3) representantes do Instituto Centro de Vida – ICV, um (1) representante do Instituto Raoni; um (1) representante da Associação do Território Indígena do Xingu – ATIX e um (1) representante da The Nature Conservancy – TNC. Além destes, tivemos a participação de quatro (04) Assessores indígenas da diretoria da FEPOIMT, três (3) Assessores da Comunicação e (1) técnica administrativa do Programa REM-MT, conforme lista de presença (Anexo 2).

Para a apresentação dos participantes foi empregada uma dinâmica com uso de cartões em cores diferenciadas descrevendo o nome, instituição representada e as expectativas para a reunião. Cada representante apresentava o participante que estava sentado ao seu lado, fazendo com que todas as pessoas pudessem se conhecer e quebrar o “gelo” inicial das reuniões. Após, foram realizados os Acordos de Convivência, que se basearam: no compromisso de cumprimento do horário estabelecido (manhã e tarde); objetividade nas falas com tempo de 3 minutos e tolerância de mais 2 minutos; celular em modo silencioso ou vibrando e; cardápio das refeições, alimentação variada, incluindo-se peixe.

A apresentação dos resultados dos Projetos das Aglutinadoras contou com a seguinte metodologia: apresentação da execução, resultados, principais desafios e lições aprendidas. Posteriormente, agregou-se os aspectos similares entre os projetos e analisou-se como poderiam ser melhorados e superados os desafios; lições aprendidas e avaliadas quanto ao processo de execução.

III. Resumo Executivo

A 6ª Reunião de Governança ocorreu no período de 14 a 16 de dezembro de 2021, na cidade de Cuiabá/MT, com o objetivo de avaliar os resultados alcançados no Subprograma Territórios Indígenas, bem como, discutir internamente as ações preparatórias para a execução das atividades previstas para o ano de 2022.

Contou com a presença de 42 participantes entre membros titulares e suplentes, aglutinadas e convidados. A programação teve um primeiro momento de informes sobre a COP 26, seguida de apresentações das instituições, das ações realizadas e seus resultados nas sete regionais. Foram apresentados: i) o Projeto de Fortalecimento da FEPOIMT FASE 1, contratado por meio da Instituição Âncora ICV, que contemplou ainda, um aditivo relativo à comunicação das ações do Plano Emergencial de Enfrentamento à Covid-19 e ao apoio à preparação do Projeto de Fortalecimento da FEPOIMT Fase 2; ii) os Projetos desenvolvidos nas Regionais Xingu (ATIX), XAVANTI (TNC), Médio Araguaia (TNC), Kayapó Norte (Instituto Raoni) e Cerrado/Pantanal (ICV), Vale do Guaporé (ICV) e noroeste (ICV).

Durante a reunião, teve uma avaliação das ações do Subprograma em que foram feitas apresentações das ações realizadas pela FEPOIMT e pelas Aglutinadoras, também foram compartilhados os desafios enfrentados na execução das ações realizadas e os resultados obtidos nas diferentes regionais. É fato que o REM-MT tem proporcionado que benefícios cheguem aos lugares mais longínquos e tem sido de grande valia à essas comunidades, diante de tantas dificuldades provenientes da pandemia Covid-19.

A 6ª reunião de Governança oportunizou, ainda, algumas lições aprendidas de como os processos podem melhorar nos aspectos de gestão, logística, comunicação e burocracia, a partir do nivelamento de informações, espaços de diálogo e definição de estratégias para superação dos desafios. Também foi um momento de atualização dos aspectos financeiros e administrativos para a governança, bem como, de se fazer uma reflexão quanto à necessidade de renovação de seus quadros, de acordo com o regramento do regimento interno.

A reunião foi um momento rico de avaliação, utilizando-se de diferentes metodologias para ir além dos avanços das ações executadas, olhando para os resultados e objetivos a serem alcançados, tendo como base os indicadores e metas previstas no subprograma. Inclusive utilizou-se formulário *Google Forms* para obter informações qualitativas, além dos relatos durante a Oficina.

O evento teve como deliberações: i) Diálogo/parceria com poder público local (prefeituras, FUNAI, outros); ii) Criar um GT para detalhar ação de logística, estratégia de como vencer o problema da logística para os projetos do Plano Emergencial; iii) Articulação com a PCI para ajudar na facilitação com os municípios; iv) Reunião virtual na primeira quinzena de fevereiro para a retomada e revisão do MOP Indígena para ser apresentada a proposta e validada na próxima reunião de governança; v) Mapear as dificuldades e sugestões das organizações de base sobre o MOP; vi) Realizar planejamento conjunto de monitoramento participativo durante as reuniões quinzenais entre Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas e FEPOIMT. Os resultados serão apresentados na próxima reunião de governança; vii) Capacitação da FEPOIMT e governança no GPWeb com data a definir; viii) Maior participação de mulheres na governança do Subprograma Territórios Indígenas; ix) Ata da 5ª Reunião de Governança Aprovada; x) Disponibilizar projeto FEPOIMT Fase 2 para os membros da governança; xi) Apresentação do planejamento 2022 do subprograma TI na próxima reunião; xii) Apresentação da PCI na próxima reunião para definir como os povos indígenas serão incluídos; xiii) Carta aos bancos sobre o Programa REM-MT assinada pelo FUNBIO e Coordenação REM-MT; xiv) Capacitação virtual das Associações em gestão de projetos na segunda quinzena de fevereiro; xv) GIZ vai enviar Ofício para substituição do membro da GIZ Taiguara pela Alícia; xvi) Recondução e recomposição dos membros da governança que serão empossados na próxima reunião de governança. Obs: representantes serão responsabilizados pelo processo de recondução; xvii) Serão solicitadas justificativas aos membros ausentes que receberam diárias; xviii) Revisão do Regimento Interno, deverá ser colocado no grupo de *whatsapp* para revisão e ser apresentada proposta na próxima reunião de governança; xix) Devem ser disponibilizados os documentos gerados pelo Subprograma TI em email ou similares; xx) Apresentação da relação dos membros com pendências de devolução de diárias.

I Desenvolvimento das atividades

3.1 Primeiro dia – Abertura, informes gerais, Apresentações

Abertura da 6ª Reunião de Governança do Subprograma Territórios Indígenas

A 6ª Reunião de Governança Indígena do Subprograma Territórios Indígenas iniciou pela manhã, conforme programado. A Consultoria Internacional (CI) /GOPA, responsável pela mediação da Oficina, convidou a todos para tomarem seus lugares. Wladimir (GOPA) informou sobre os objetivos da reunião sendo: a avaliação dos resultados até o momento e o planejamento das ações para 2022.

Wladimir desejou um bom dia de trabalho a todos e convidou o membro da governança o Xavante Pio Simhoropupu Busté, para a abertura oficial com um canto de saudação na língua de seu Povo. Em seguida, convidou para a mesa de abertura Lígia Nara Vendramin (Coordenadora do Programa REM-MT), Marcos Ferreira (Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas), João Mello (Gerente do Programa REM-MT pelo FUNBIO) e Crisanto Rudzo Tseremey'wa (Presidente da FEPOIMT) (Fig. 03).

A Coordenadora Lígia iniciou sua fala de abertura, dando as boas vindas e agradecendo pelo esforço de todos estarem presentes, diante de momentos tão difíceis vividos por todos em decorrência da pandemia, destacou ser uma honra estar presencialmente, para juntos avaliarem o que foi realizado até o momento atual, reforçando ser o momento de analisar o que foi possível fazer, frente as adversidades e a necessidade de se colocar energia nas coisas boas para que todos estejam satisfeitos com o encerramento da primeira fase que está por vir. Lígia ressaltou a importância de todos serem bastante realistas e verdadeiros e de terem como foco o coletivo. Finalizou, destacando sobre o objetivo da reunião, quanto às próximas ações que devem ser realizadas e que todos devem estar prontos e preparados para perseverar, pois considera que a franqueza e a união serão as chaves para o fechamento do programa com sucesso e que seria muito bom se todos pudessem sair no terceiro dia com a confiança disso.

Em seguida, o Gerente do FUNBIO, João, saudou a todos dizendo ser um prazer enorme estar em Cuiabá após quase 02 anos da última reunião ocorrida presencialmente, reencontrar aqueles já conhecidos e conhecer novos integrantes. Ressaltou quanto a importância da floresta em pé, que o esforço vale a pena e que a sabedoria indígena tem contribuído muito. Finalizou dizendo da expectativa em se ter uma reunião profícua e que se consiga executar tudo, de forma parceira e colaborativa, o que for planejado para o próximo ano.

O Coordenador do STI Marcos Ferreira, deu as boas-vindas a todos, ressaltou a alegria do momento e que quer escutar os membros da governança para decidir os caminhos e rumos que o subprograma deve tomar. Destacou quanto aos objetivos da reunião, de informar o que foi feito desde a última reunião, nivelar as informações do plano emergencial e, por isso, da participação das aglutinadoras e, também do planejamento do próximo ano. Por fim, nomeou a GOPA para secretariar a reunião, como parte do regimento interno, de forma a elaborar a Ata da reunião e documentar o que for decidido. Finalizou desejando a todos uma boa reunião.

O Presidente da FEPOIMT, Crisanto Rudzo Tseremey'wa, deu as boas-vindas a todos e enfatizou ser um momento oportuno uma reunião final de ano para avaliar cada instituição e ter todos envolvidos para autoavaliar o trabalho, onde erramos e onde acertamos, enfim, para dar continuidade ao próximo ano, eliminando as pendências. Ressaltou que estão construindo uma forma de trabalhar, que tudo é corrigível e que esse é um momento para reflexão, com as sete regionais e todas as organizações indígenas participando. Destacou a ausência de alguns membros, como SESAI, e pediu que fosse verificada a justificativa de sua ausência para as próximas reuniões. Desejou a todos uma boa reunião e ressaltou a importância de exaurir as questões para que o próximo ano seja de execução, para que cheguem "top" no próximo ano.

Respondendo à ausência de alguns membros, Marcos Ferreira ressaltou que todos foram convocados e aqueles que não se fizeram presentes enviaram justificativas.

Lígia aproveitou o momento para comunicar a todos sobre a arte do material de apoio entregue, e agradecer à equipe de Comunicação do REM-MT e o apoio da CI/GOPA pela realização do evento.



Figuras 2- Abertura composta pela Coordenadora Geral do REM-MT, Gerente do FUNBIO, Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas e Presidente da FEPOIMT (da esquerda para direita)

Em seguida, Wladimir (CI/GOPA) leu toda a programação prevista e fez os esclarecimentos solicitados pelos participantes. Ressaltou à importância de todos se apropriarem do conteúdo dos documentos contidos na pasta que foi entregue a cada membro, como o folder levado à COP 26, a Linha do Tempo no formato de "cobra", cópia do Regimento Interno e a Minuta de Ata da 5ª Reunião de Governança que será lida e aprovada durante a reunião. Finalizou informando sobre a avaliação de cada dia, explicando como deverá ser feita por todos os membros e, posteriormente, explicou a dinâmica de apresentação dos membros presentes. Finalizada as apresentações com nome, instituição/povo/regional e expectativas (Fig. 03), foram pactuados os Acordos de Convivência, relacionados aos compromissos pactuados.

Os membros se manifestaram quanto à aprovação da Ata ser aprovada no dia seguinte, para que todos tenham a possibilidade de ler e avaliar alguma correção a ser feita, ficando deliberada a leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião de Governança para o 2º dia de trabalho.

NOME	INSTITUIÇÃO	EXPECTATIVA	NOME	INSTITUIÇÃO	EXPECTATIVA	NOME	INSTITUIÇÃO	EXPECTATIVA
Magaly	GOPA	Boa avaliação e planejamento para 2022	stephanie	ICV	Celebrar os resultados alcançados	Suely	sema	Boa reunião
Wladimir	GOPA	Avaliação dos resultados e planejamento das ações	Deroni	ICV	Comemorar as execuções realizadas	Luiz Tegon	sema	Bom planejamento
Ligia Nara	Sema/ REM	Avançar no planejamento das ações claras e concluídas	PIO Xavante	xavante	Fortalecer as comidas tradicionais	Mariana	sema	Boa comunicação para trazer os melhores resultados
Joao Melo	funbio	Avançar no planejamento das ações e fluir com tranquilidades	Roselino Chiquitano	Vale do guapore	Muitos alimentos orgânicos em 2022	Sol Gonzales	Inst. Raoni	Conhecer melhor o subprograma e a realidade indígena em MT
Douglas	atix	Aprender com as aglutinadas e melhorar as ações	Eliel	Norte kayapo	Ótimas apresentações e 2022 tenhamos uma ótima caminhada no projeto	Josana	sema	Produtiva e bons resultados
Helcio	TNC	Captar as lições para melhorar os planos de 2022	Jackson tapirape	Medio araguaia	Reunião positiva	Fernanda Fidelis	sema	Represente resultados lindos para o futuro
Amarildo kalapalo	atix	Produtiva e proveitosa	Dilma kayabi	TAKINA	Reunião com bons resultados para 2022	Marcos Ferreira	Coord. Subprograma TI/SEMA	Atingir os objetivos determinados e uma boa reunião de governo
Kaianaku kalamura	fepoimt	Leve, agradável e construtivo	Alessandra	TAKINA	Aprendizado, esclarecimento e troca de conhecimento	M. Paula Vanucci	Assessora Subprograma TI/SEMA	Boa avaliação e compromisso para 2022
Valdenilson ariabo	fepoimt	Informações claras e conclusivas	Darlene	Cerrado pantanal	Resultados positivos	Luiz Carlos Xavante	Regional Xavante	resultados positivos em todos os aspectos 2022
Yanakula	Xingu	Conhecer as experiências das ações emergenciais	Eliane	fepoimt	Bons resultados, claros e encaminhamentos objetivos	Crizanto Rudzo	Presidente Fepoimt	Sucesso na execução do rem MT
Fabio	Cerrado pantanal	ter o máximo de informação e futuramente executar um ótimo trabalho	Edson	funai	Contribuir e fazer um ótimo trabalho			

Figuras 3- Apresentação dos participantes da 6ª Reunião de Governança, nome, instituição e expectativa

Informes Gerais – A participação do REM-MT na COP 26

Os informes gerais da participação do REM-MT na COP 26, foi relatado por Ligia Vendramin (Coordenadora REM-MT) e Kaianaku Kamaiurá (representante da FEPOIMT). Lígia falou sobre a decisão da escolha da Kaianaku para participar como representante indígena na COP 26, por ser mulher e pela sua atuação na FEPOIMT, tendo acompanhado todos os processos de construção e execução do REM-MT.

Destacou que na rotina do evento eram feitos teste de covid diariamente por eles próprios, que o ambiente em Glasgow era muito frio, mas que a diversidade de culturas aqueceu o coração de todos, mas que infelizmente, o mundo tinha expectativas que não foram atendidas nas negociações. Destacou que houve avanços, como a assinatura do acordo do gás metano pelo governo brasileiro, que impacta diretamente a cadeia da carne e que houve muita movimentação para tentar alcançar as metas.

Sobre a ida do governo do Mato Grosso na COP 26, relatou que Mato Grosso chamou muita atenção para o que estava sendo realizado no estado e destacou que estiveram presentes o Governador, o Secretário de Fazenda, o Secretario Econômico do Instituto da Carne de Mato Grosso, dentre outros representantes. Reforçou que esse peso político, que se fez presente, foi muito importante para abrir canais com grupos internacionais, ainda que inicial, uma vez que o estado está na corrida para descarbonização e isso já começa a surtir efeitos. Apontou que os investidores têm tido a percepção do esforço que está sendo feito no MT e que isso está sendo reconhecido, como a aprovação para a formalização da Fase 2 com a Alemanha. Destacou ainda: “esse assunto não foi divulgado porque os dados do desmatamento ainda são muito ruins, o estado tem uma análise diferente do INPE/PRODES e isso está sendo estudado para ser divulgado mais tarde. De forma muito concreta, existe interesses em investimentos futuros”.

A participação da Kaianaku na Comitativa foi muito importante. Houve oportunidade de diálogo com a Secretaria de Fazenda sobre: os impostos cobrados na coleta de sementes; das dificuldades de acesso a financiamentos; do governo que segue como avalista com linha de

crédito para o programa REM-MT junto às cooperativas e, por fim, do compromisso de incluir um indígena na instituição SAI.

Kaianaku apresentou as fotos de sua participação na COP 26, desde a entrada, o credenciamento, o encontro com a COIAB no Pavilhão Indígena e com a COICA e na reunião com BEIS, momento em que Sra. Maggie, representante do BEIS, parabenizou sua participação no evento da Coalizão LEAF, como convidada representando a FEPOIMT, para apresentar proposta do Fórum de Mudanças Climáticas do Mato Grosso (FMMC), destacando ainda que somente o estado do MT convidou indígenas para participar. Entre os indígenas, destacou o encontro com a Debra Haalad – Ministra Indígena dos EUA, momento em que falou sobre a importância de ter a rastreabilidade da legalidade dos produtos e da importância de ter um fundo específico para povos indígenas. Ainda, relatou em sua apresentação os aspectos positivos (Anexo 03): sobre o movimento indígena no contexto internacional, o crescimento da FEPOIMT nos últimos 04 anos e a oportunidade de parcerias. Destacou como aspectos negativos, a falta de planejamento com uma agenda do MT, que possibilitasse estar em outros eventos de agendas paralelas para fechar parcerias; a ausência do diálogo entre governo e FEPOIMT e; a dificuldade de levar o que foi feito no REM para fora. Nos diferentes espaços há muitos investidores que poderiam abrir mercados para os povos indígenas em outras agendas, se houvesse uma maior articulação entre agendas. Lígia mencionou, que devido a pandemia, foi tudo muito desorganizado, mas houve momentos oportunos com o governador em que foi tratada a ausência de representação indígena na SAI. Esse compromisso pode ser lembrado e marcada uma agenda.

Por fim, a Coordenadora do REM-MT apresentou o vídeo que foi produzido para a COP 26. Nesse momento, Crisanto fez uma intervenção solicitando a inserção da logomarca da FEPOIMT na barra. No entanto, foi informado pelo FUNBIO e pela Coordenação do REM-MT, que o padrão da logomarca foi definido pelo doador, podendo ser incluído como parceiro, de acordo com o Manual estabelecido para uso de logomarca no Programa REM-MT.

Gestão Financeira do Programa REM-MT

Dando sequência à programação, João Mello (Gerente do FUNBIO) foi convidado para fazer a apresentação sobre gestão financeira do Programa REM-MT (Anexo 04). Iniciou apresentando uma linha do tempo do que já foi feito e ressaltou que os valores que constam na apresentação são de outubro de 2021, pois ainda estão finalizando a execução dos gastos de novembro.

Na Linha do Tempo, destacou o Contrato assinado em 2017 e que no final de 2018 receberam os primeiros desembolsos do kfw, iniciando a execução de fato em meados de 2019. Nesse período ocorreram as Oficinas de planejamento estratégico, a capacitação em Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL) e a contratação da GOPA. “Fizemos o 2º PDI e recebemos os desembolsos. A Estratégia de Repartição de Benefícios (ERB) que norteia os recursos que vem dos Governos da Alemanha e Reino Unido e, a cada ano, temos que mostrar resultados para recebimento de novos recursos. O PDI é o Plano de Investimento dos recursos definidos na ERB. Em 2020, teve início a execução das Chamadas 003/2020 da Agricultura Familiar e da Chamada 008/2020 da Produção, Inovação e Mercado Sustentável (PIMS) e, também, a elaboração dos Editais da Chamada Indígena, no entanto, com a pandemia, a estratégia foi consolidar todas as demandas em um Plano Emergencial, porque inicialmente as demandas vinham sendo atendidas pontualmente em cestas básicas e medicamentos. Em 2021, tivemos o recebimento do terceiro e último desembolso e estamos aqui na preparação para o lançamento do Edital da Chamada de Projetos indígenas estruturantes e locais. Em

termos financeiros, em 2020, tivemos uma execução de 40 milhões de reais de execução. Em 2021, até outubro, 32 milhões de reais de execução e uma execução até o momento de 83 milhões e comprometido mais 30 milhões, o que representa 70% dos dois PDIs. Nessa primeira fase, considerando os 3 PDIs tivemos o recebimento de 233 milhões de reais. Com exceção de alguns momentos de picos de execução, como é no caso das chamadas, o programa tem uma execução média de 3 milhões de reais/mês. Dos subprogramas, temos o planejado dos 2 PDIs para o Subprograma Territórios Indígenas. O PDI 1, quanto ao Eixo 1, é basicamente a execução do projeto Fepoint fase 1 executado e do PDI 2 o Projeto Fase 2 que será apresentado. Na governança já tem a execução de 72% do PDI 1 e 55% do PDI2. O Eixo 3 é representado pelo PDI 2 pelos projetos das aglutinadoras. Em relação à execução indireta, que são os projetos da FEPOIMT e das Aglutinadoras são os 8,3 milhões de reais já contratados e comprometidos. Até o momento foi desembolsado 4,3 milhões porque houve desistência de uma organização, Xaraés, que foi substituída pela TNC e ICV.

Foi aberto um momento para dúvidas e esclarecimentos. Eliane da FEPOIMT parabenizou o João pela apresentação e esclareceu que as dúvidas devem surgir durante a apresentação das aglutinadoras. Kaianaku questionou sobre os recursos da governança. Paula Vanucci enfatizou que os recursos da governança indígena estão previstos no Eixo da governança. Eliane reforçou que os recursos da governança seriam para dar apoio à base. Os membros da governança devem recordar desse fato. Paula Vanucci destaca que o fortalecimento da base também consta no Projeto de Fortalecimento da Fepoint. João ressalta que na governança, tem recursos não somente para as reuniões de governança, como também, para outras ações como intercâmbio e participação de reuniões. Além disso, também há recursos no Subprograma FIPPE para ações de governança. Wladimir recomenda que seja observada a Matriz Lógica. O Coordenador Marcos Ferreira ressalta não ter essa informação. Kaianaku pergunta se os recursos que estão previstos para SAI, poderiam ser utilizados. Yanukula destaca que para orientar, momentos como este, os registros escritos estejam disponíveis para consulta, portanto, solicita que na próxima vez, sejam providenciadas as Atas anteriores e documentos, para dar suporte aos membros quanto à deliberação. Crisanto reforça que os recursos do subprograma sejam investidos aqui, portanto, as Atas são importantes. A FEPOIMT se manifesta que seja registrado em ATA as deliberações e os encaminhamentos das reuniões de governança, conforme havia sido acordado com a Relatoria. Paula reforçou que a Ata deve ser conjunta FEPOIMT e COORD. REM-MT. Dante reforçou que o recurso do FIPPE é para governos para usar nas políticas públicas: “no PDI 1 houve articulação da SAI com recursos do FIPPE e, também, pela Funai. A FUNAI está executando, mas a SAI não. Nesse sentido, deve-se fazer articulação com a SAI”. Kaianaku ressalta que a Funai e a SAI poderiam apoiar as entregas com esses recursos, mediante as dificuldades que estão enfrentando nos municípios. Paula ressalta da necessidade de se ter um panorama de aplicação dos recursos pelo subprograma. Edson da Funai, se posicionou informando que todos os recursos da Funai são voltados para populações indígenas e, nesse caso, a Funai, poderia ter um fortalecimento institucional para as regionais atuarem nessas políticas públicas. Ianukula questionou a participação dos distritos, se existe os recursos e se é possível atuar na ponta para resolver os gargalos. Ianukula indaga sobre a participação da FEPOIMT na COP 26, pois não teve espaço de discussão: “o compartilhamento de forma não oficial fora do Brasil retrata que não há diálogos dentro do Brasil. Temos que chegar com unidade, precisamos criar esses espaços oficiais”. Crisanto destaca que cabe aos parceiros, representante da FUNAI, que é responsável e tem que se programar, é um integrante da FUNAI. “Com todo o respeito, sempre tivemos interlocução com a equipe do REM-MT, mas não é o mesmo com o Governo. Não vamos de “enfeite” pra COP, somos nações. Concordo com Ianukula que nessa conjuntura, não quero ir de expectador, quero ir pra falar na COP. Com relação à SAI, estamos numa relação complicada, aqui a gente defende a produção de alimento com floresta em pé. Quem sustenta o Brasil é a Agricultura Familiar, nós povos indígenas”. Marcos Ferreira ressalta que o acordo

foi feito pela Coordenação anterior e que há uma nova Coordenadora na FIPPE, que apoiou Funai e IBAMA com recursos do REM-MT. “Os recursos para as reuniões de governança têm saído do Subprograma Indígena. As cestas básicas e medicamentos foram comprados diretamente pelo FUNBIO e entregues aos distritos, o apoio foi feito aos distritos das regionais, por conta da pandemia e que foram parceiros para esse momento específico”.

Resultados Alcançados do Projeto Fortalecimento Institucional – Fase 1

Deroní Mendes (representante do Instituto Centro de Vida), foi convidada para fazer a apresentação, juntamente com a FEPOIMT. Iniciou, comunicando que o Projeto de Fortalecimento Institucional da FEPOIMT, Contrato 070/2019, com recursos do PDI 1, teve como objetivo consolidar a FEPOIMT como a entidade representativa no âmbito do Subprograma, que consta no primeiro Eixo da Matriz Lógica (ANEXO 05).

O montante de recursos do Contrato foi de R\$ 1.824.910,64. Essa primeira etapa foi realizada em 9 meses, sendo executado em torno de R\$ 811.941,00. O Projeto na primeira etapa foi aprovado na segunda reunião de governança, realizada em 2019. Foi feito um Aditivo de valor e 3 Aditivos de prazo para execução desse Contrato, com vigência até 2022. O valor do Aditivo foi de R\$ 1.102.969,64. O Projeto contemplou cinco objetivos, sendo eles: i) Apoiar a mobilização dos representantes indígenas nas reuniões de participação da Fepoimt e da governança do Subprograma de Territórios Indígenas do Programa REM, garantindo a participação efetiva dos representantes indígenas; ii) Produzir informações chave para o pleno acompanhamento do Programa REM-MT pelas populações indígenas; iii) Assessorar a Coordenação do REM para adequar as atividades do Subprograma TI do REM-MT ao contexto da Pandemia do Coronavírus; iv) Apoiar a FEPOIMT na comunicação e execução do Plano Emergencial no enfrentamento ao Coronavírus – Covid 19 para os Povos Indígenas do Mato Grosso; v) Construir a proposta para o 2º investimento Fortalecimento da FEPOIMT previsto no 2º PDI Subprograma Territórios Indígenas.

O primeiro aditivo teve modificadas atividades e valores que eram destinados à viagem e por conta da pandemia, não se podia mais deslocar, sendo alterado para as ações do Plano Emergencial. “Quando foi feito o Aditivo de Valor foram feitos dois últimos objetivos”.

Sobre os resultados que a FEPOIMT teve nesse ano de execução informou que: os recursos apoiaram 03 reuniões de governança, anteriores à 4ª reunião de governança e 5ª reunião, que tiveram apoio dos recursos da Coordenação do Subprograma; foi realizada a 4ª Assembleia no Portal do Encantado, em outubro de 2019, com participação de 253 delegados; foram financiadas despesas de combustível, alimentação, relatoria, dentre outras; acatadas as recomendações do subprograma que desdobrou na elaboração do Plano Emergencial, que dialogou com as bases e a Funai; foram elaboradas peças de comunicação e também o apoio aos subprojetos.

No caso dos subprojetos, foram feitos: o acompanhamento dos 76 projetos pelo Assessor Técnico Elias, incluindo a regional noroeste; reuniões entre o ICV e a FEPOIMT foram realizadas, anterior a pandemia e, inclusive, durante a pandemia; Visitas técnicas foram realizadas, desde o início do Projeto, totalizando 35 viagens; participação em eventos externos, como o Terra Livre, evento das mulheres etc.

“São 07 pontos focais regionais, na nossa avaliação são eles que conduzem. São feitas reuniões semanais com eles. Quando foi elaborado o projeto não se tinha muito claro, o papel da

FEPOIMT e da Coordenação em relação à reunião de governança. Na matriz lógica do projeto, a FEPOIMT era responsável pela pauta e relatoria da reunião. Ainda não havia regimento interno da governança. A FEPOIMT também era responsável pelo processo de articulação e mobilização dos membros da governança. O caminho e o fazer do ICV é novo, está aprendendo, o ICV nunca tinha trabalhado em TI e, foi escolhido para trabalhar com duas regionais e, recentemente com a noroeste”.

Resultados Alcançados - Comunicação do Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid-19

No Aditivo do Projeto Fase I, no qual consta o Plano de Comunicação do Plano Emergencial, o ICV foi convidado para ancorar esse Item e contratou uma Agência de Comunicação para desenvolvê-lo. O objetivo foi para a FEPOIMT levar informações à base, especialmente, sobre o que estava sendo feito no Plano Emergencial no âmbito do REM-MT. Desde o início, o ICV deixou claro que seu núcleo de comunicação não teria como trabalhar o plano e que contrataria uma Agência de Comunicação e definiria os produtos a serem trabalhados em articulação com o Christian e equipe definida pela FEPOIMT.

Os produtos definidos foram precificados. Semanalmente, eram realizadas reuniões para trabalhar os conteúdos que seriam publicados nas redes sociais. Dentre os produtos, constam o relatório anual da FEPOIMT, outdoors, animações, produção de lives, site da FEPOIMT, cards sobre a campanha de vacinação. Nem todos os produtos foram aprovados pela FEPOIMT e alguns tiveram que ser refeitos. Na 5ª reunião de governança foram apresentados os produtos de comunicação pendentes. A Live mais estruturada ocorreu em agosto. Foram feitas cerca de 200 postagens de janeiro de 2021 até o momento. Dentre os resultados do Plano de Comunicação, um dos destaques foi o número de acessos na página da FEPOIMT com mais de 2.300 curtidas.

Eliane e Kaianaku destacaram que os produtos da comunicação precisavam da aprovação da FEPOIMT, que tiveram muito cuidado na aprovação dos desenhos, o que gerou atraso na divulgação dos outdoors. Em relação à equipe, informaram que foi necessária sua reorganização com 07 pessoas, que funcionou como apoio, sendo cada pessoa responsável por uma regional. Destacaram que outras pessoas da diretoria também são transversais, como o Elias, Valdemilson e o Crisanto, que cuidam da parte política e gerenciam conflitos, além das demandas do estado em que a Federação precisa estar junto. Ressaltaram ainda, como resultado, a implementação do Plano Emergencial e que este é único no Brasil. “Esse é o resultado do Projeto da Fepoimt fase 1 e a segunda fase estará voltada para a estruturação da Fepoimt, declarou Eliane”.

Roselino ressaltou que teve contato com o ICV durante a Assembleia, relatando que foi muito trabalho para realização do evento na aldeia e agradeceu à pessoa da Deroní, Esthefani e ao ICV pelo trabalho realizado, os ensinamentos e parceria. Aproveitou para destacar que o Plano Emergencial está ocorrendo na regional e que o projeto está a todo o vapor.

Crisanto destacou que a FEPOIMT existia de fato desde 1992, mas hoje existe de DIREITO e que tem muita responsabilidade nas suas ações. Reafirmou a responsabilidade sobre os 43 povos no MT e que as ilustrações foram aprovadas recentemente porque a FEPOIMT queria ver os seus traços. Quanto à saída do Christian, informou que não foi possível dar continuidade ao trabalho, e espera que o novo representante da comunicação esteja exclusivo para se dedicar aos trabalhos. Os produtos do outdoor, ainda estão pendentes, em processo de confecção, para serem aprovados.

Valdomiro aproveitou para parabenizar o ICV e equipe pelo processo construído. “O REM tem dado condições para avançar em várias situações, foram dadas as condições para protagonizar a representação indígena, criar estratégias para atuar nos municípios. Ainda tem muitas resistências nos municípios, mas a FEPOIMT vai atuar com apoio dos municípios e a própria FUNAI. Temos que buscar estratégias diferentes e construir um processo de diálogo com os entes nas regionais, FUNBIO e as aglutinadoras” declarou.

Darlene, suplente da regional Cerrado Pantanal, informou que participa ativamente dos trabalhos. Sobre a comunicação da FEPOIMT, durante a pandemia, achou que a FEPOIMT precisa divulgar ainda mais os trabalhos, porque ela trabalhou incansavelmente, mas isso não foi divulgado, e que é preciso considerar o Facebook e o Instagram também. “O branco pensa que todo índio é índio, sei que há trabalhos feitos, mas parece que a Federação não está fazendo nada, precisa colocar em evidência o que a FEPOIMT vem fazendo porque tem o que mostrar” declarou.

Marcos Ferreira tem consciência de seu papel de servidor e que o REM-MT é um programa de estado, assegurando que o programa continue, independente das mudanças governamentais.

Resultados do Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid- 19 – Regional Xingu

Douglas Floresta, Coordenador do Projeto da ATIX, fez a apresentação do andamento das atividades no Xingu. A ATIX representa quatro Terras Indígenas, situados em 08 municípios, contempla 16 povos, com 8.700 pessoas, aproximadamente. São 13 projetos locais, um povo não quis participar do programa (Anexo 06). As linhas temáticas são segurança alimentar e soberania alimentar, em sua maioria e, também, saúde comunitária.

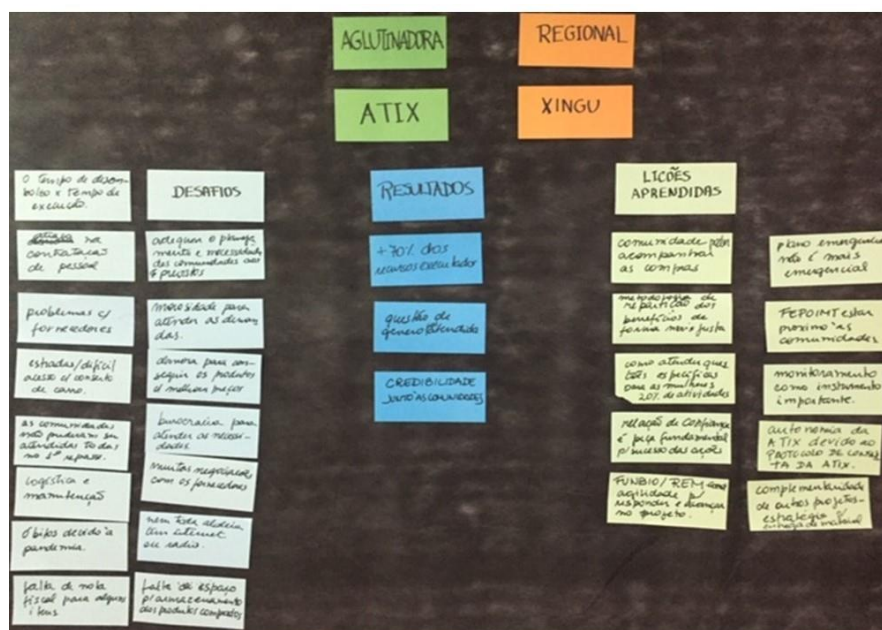
Os maiores desafios são adequar o planejamento e a necessidade da comunidade em relação às alterações dos valores de todos os produtos, mas existe uma morosidade e burocracia para atendimento das demandas.

A apresentação foi feita com gráficos, destacando o que foi adquirido, por povo, demonstrando o que faltou adquirir e o saldo das atividades. Relatou que muitas adequações foram necessárias exigindo muito tempo entre desembolso e execução das atividades. O diálogo com os pontos focais e estes com as comunidades foi fundamental no processo, porém, a falta de internet e/ou rádio em algumas comunidades tornou complexo o processo de consulta. Quanto aos desafios temos: a exemplo dos projetos da segurança alimentar, muitas comunidades não compreenderam esse processo ao mesmo tempo que necessitavam das aquisições para o período de plantar a roça, as comunidades questionaram porque ocorreram três repasses acarretando a morosidade das entregas de todos os insumos, como forma de evitar que algumas recebessem diferentes das outras; a situação da logística das estradas (dificuldade de acesso e condições dos veículos); a demora na contratação de pessoal (coordenador e auxiliar); problemas com fornecedor; falta de nota fiscal para alguns itens; falta na entrega de alguns itens, dificuldade de armazenamento. Em relação aos resultados, a execução foi além de 70%. Em relação às lições aprendidas, acompanhamento das comunidades no processo de compras; metodologia de repartição de benefícios de forma justa; 20% destinado às ações de mulheres (algumas ações ultrapassaram este percentual); confiança de outras instituições com a ATIX; plano emergencial não é mais emergencial; monitoramento; aproximação da FEPOIMT.

Ianakula comentou sobre o processo mais justo de repartição dos recursos. Esse percentual foi superado nas atividades, considerado muito positivo na questão de gênero. Na avaliação geral

das comunidades, há muitos questionamentos sobre o Plano Emergencial não estar sendo emergencial de fato, destacou o monitoramento territorial, consideraram importante essa aproximação da FEPOIMT nos momentos marcantes.

Kaianaku (representante local) complementou que sentiu autonomia da ATIX, com relação à execução do Plano, ao protocolo de consulta e a transparência da instituição. “Isso foi muito positivo porque eles têm uma forma de trabalho segura e serve de exemplo para outras regionais. Eles têm muita credibilidade frente aos parceiros. Inclusive, conseguiram estabelecer parcerias com outros projetos, para que complementam o REM, mediante as alterações dos valores após o orçamento previsto. As estratégias utilizadas foram remanejamentos, as alterações de valores foram absurdas, a exemplo do combustível. Em relação ao FUNBIO, a agilidade de sua equipe foi fundamental para estabelecer um fluxo dos processos e a comunicação facilitada com a Coordenação do REM-MT”.



Figuras 4- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19 dos Povos do TIX: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora ATIX, Regional Xingu.

Resultados do Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid- 19 – Regional Xavante

Helcio (representante da TNC) foi convidado para apresentar. Informou que receberam o convite para atuar como aglutinadora em fevereiro/março de 2021, dizendo ser um desafio, já que estão atuando em duas regionais que são complexas (Xavante – Médio Araguaia). A articulação com a FEPOIMT foi fundamental. Estiveram sempre a frente no diálogo e na negociação com as regionais, que são terras muito grandes. A articulação com a FEPOIMT permitiu ter essa construção com mais de 22 mil pessoas e mais de 300 aldeias, com uma complexidade interna dentro de cada território. “Sempre relacionamos o trabalho com a gestão das terras indígenas, como os PGTA e os etnomapeamentos. Estava claro que tinha um objetivo emergencial, mas tinha que se pensar para além do emergencial. Com o povo Xavante foram definidos 03 objetivos (i) fortalecer a segurança alimentar e práticas agrícolas indígenas, que se agravou muito no contexto da pandemia; ii) valorizar a organização local na gestão do projeto e, iii) elaborar uma visão de longo prazo para gestão territorial e ambiental sustentável nas TIs (Anexo 07). Por isso, tem o foco no fortalecimento do diálogo da FEPOIMT

nessas regiões para compreender a subdivisão das regionais, os arranjos e os acordos internos feitos com pontos focais para trabalhar com as roças”. Nesse contexto, não foram utilizadas aglutinadas, mas pontos focais, 2 por localidade com foco político e técnico; o manejo do recurso do projeto foi direto com a TNC. O projeto de 1 ano foi dividido em quatro momentos (seminários, roças, diagnóstico interno e seminário final, com uma reflexão sobre o que aconteceu e a visão de futuro para subsidiar a fase 2). Os desafios foram: dificuldades de negociações para retirar nota fiscal; a contratação de fretes; o aumento do preço do combustível; as vias de acesso no período chuvoso. Os principais resultados foram a própria mobilização; a articulação de parcerias; a entrega dos kits roça familiar para atender a segurança alimentar (agroflorestal da família) e kit para roça grande; o plantio no tempo das chuvas. Consideram ainda como resultados: pensar as ações de médio e longo prazos (olhar o futuro) para além do REM; engajamento das lideranças; articulação de parcerias; 26 agentes indígenas selecionados (interlocução direta); entrega dos kits roças (segurança alimentar); roças/quintais agroflorestais; roças comunitárias. As lições aprendidas foram que, para uma boa gestão é necessário ter uma estratégia de pontos focais para atuar nas comunidades com fluxo de gestão, a articulação da FEPOIMT para atuar “no chão” e fazer as costuras para o arranjo local, ter parceiros para armazenamento e entrega nas localidades e olhar para o futuro pós-gestão.

Luiz Carlos (representante local) ressaltou a dificuldade com a troca das instituições do Olhar Etnográfico para Xaraés e depois a TNC. As chuvas chegaram e tiveram que iniciar o projeto com dificuldade no acesso às aldeias. Crisanto ressaltou a complexidade do povo Xavante e suas diferenças. “Com o insucesso do Olhar Etnográfico buscamos a TNC, porém, o Olhar Etnográfico foi fundamental no processo de compreensão e articulação do povo Xavante. Portanto, essa instituição vai ter um papel nos trabalhos realizados. O recurso foi dividido pela proporcionalidade de população de cada regional, apesar de ser o maior recurso, ainda é insuficiente para atender ao povo Xavante, devido a enorme população. É preciso resgatar os alimentos tradicionais, é preciso esclarecer isso. Também precisamos resgatar nossa espiritualidade e cosmovisão e as “batatas” tem esse papel e a TNC entendeu isso”. Pio destacou seu papel como ponto focal na comunidade e que a TNC distribuiu os kits para 09 Tis.

Resultados do Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid- 19 – Regional Médio Araguaia

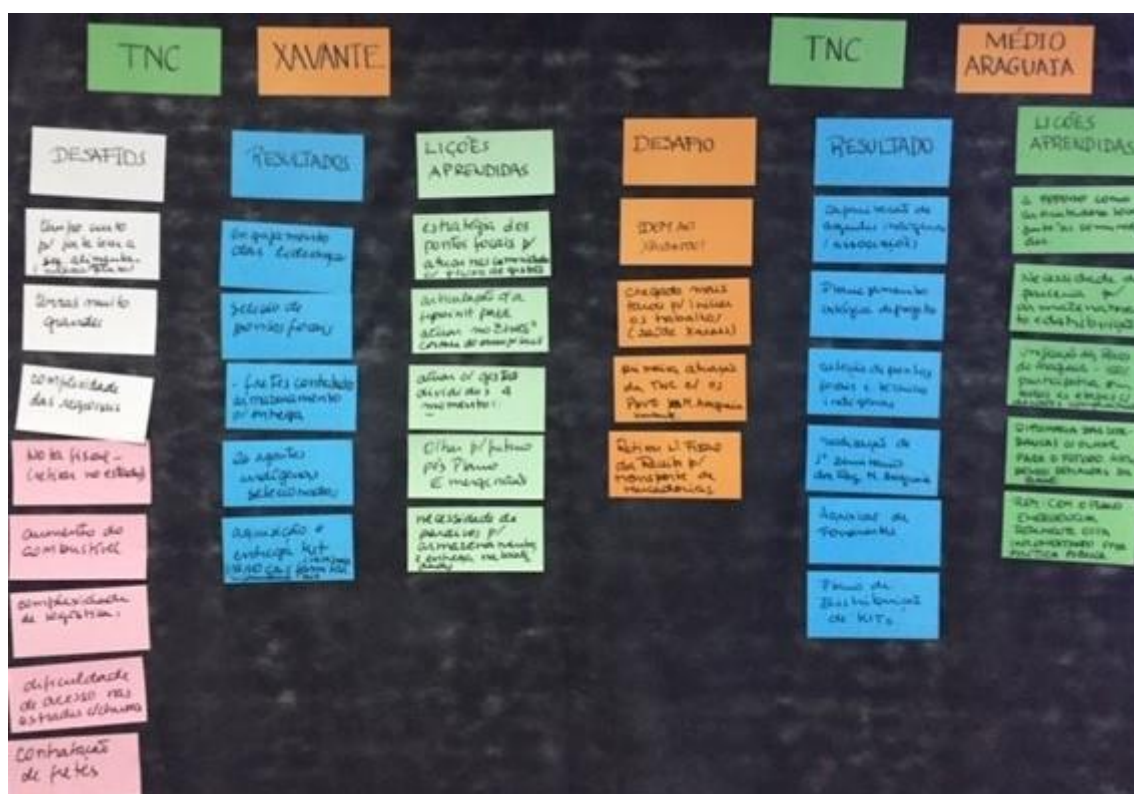
A realidade dos povos do médio Araguaia é diferente dos Xavantes, mas a metodologia adotada é muito parecida e contou com a articulação da FEPOIMT, junto as organizações locais. Os objetivos também são parecidos com o dos Xavante em sua estrutura. Em relação aos Desafios consideramos: a ausência de elaboração de Planos de Gestão Ambiental e Territorial na Regional; a formalização dos contratos das duas associações que está em processo (Anexo 08). São 07 projetos locais, com duas associações locais que passam a ser aglutinadas e, diferentemente dos Xavantes, a população é em número menor. O modelo das atividades e resultados é parecido com o primeiro Seminário, com o engajamento das lideranças, a mobilização e articulação de parcerias a exemplo da OPAN, a compras de kits, as primeiras oficinas de capacitação das associações, a formalização de contrato para repasse de associações, a finalização do plano de distribuição de kits (frango, peixe, hortas), a formalização de contratação de agentes indígenas, a participação indígena na inclusão de pautas.

As lições aprendidas foram sobre a posição da FEPOIMT como a articuladora local, junto à comunidade e à diplomacia das lideranças com o olhar para o futuro, atendendo a demanda da base, fazendo com que a unificação dos povos do Araguaia fosse 100% participativa, em

todas as etapas de decisões compartilhadas e da necessidade de parceria local para armazenamento e distribuição.

Eliane (representante local) comentou que os povos são unidos e o que chama a atenção é que as reuniões são participativas e há grande participação em todas as etapas. “Existe uma diplomacia entre as lideranças e suas falas expressam uma perspectiva de olhar para o futuro. Há um envolvimento das comunidades e o compartilhamento de informações com as lideranças indígenas”.

Jackson externou que o povo da comunidade se reuniu e decidiu pela TNC. A unificação dos grupos facilitou para a organização e realização dos trabalhos.



Figuras 5- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora TNC Regional Xavante e Médio Araguaia

Resultados do Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid- 19 – Regional Cerrado-Pantanal

Valter, analista ambiental do ICV, foi convidado à fazer sua apresentação sobre a execução do REM Cerrado-Pantanal. Iniciou sua fala agradecendo à FEPOIMT, dizendo que não teria sido possível a realização dos trabalhos sem seu apoio. Também agradeceu ao FUNBIO pela agilidade dos remanejamentos que foram necessários devido às alterações dos valores orçados.

A regional abrange 06 povos, distribuídos em 19 Terras Indígenas com, aproximadamente, 6.065 pessoas. São 08 subprojetos na linha temática de segurança alimentar com um total de R\$ 995.400,00. A primeira parcela foi executada R\$ 279.000,00, que equivale a 70% do recurso (Anexo 09). Relatou que iniciou a execução com a aquisição de equipamentos e alguns insumos, para as TIs/povo Pareci e Umutina. Está previsto o recebimento da segunda parcela

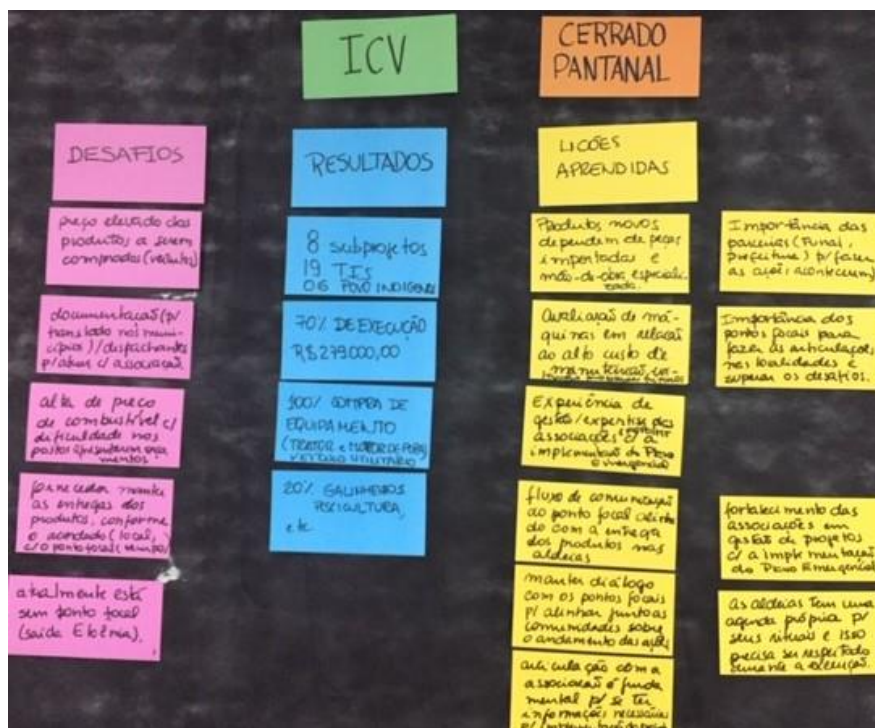
para dar continuidade às ações. Os principais desafios foram a aquisição de equipamentos importados que estavam em falta por conta da pandemia e o ICV teve dificuldade em obter os orçamentos dos postos de combustíveis, tendo em vista que são as comunidades sabem quais são; a baixa no estoque de produtos de produção de veículos e elevação dos preços geraram dificuldades na aquisição (principalmente de utilitários); a dificuldade na documentação para a Associação da TI Santana pelo despachante; a busca de parceria voltadas para a infraestrutura e dimensionamento de tensão elétrica para acionar máquinas de beneficiamento de arroz.

As lições aprendidas foram: (i) a necessidade de elaboração de mapa para entrega dos insumos; (ii) a compra de produtos novos, que depende de peças importadas e mão de obra para montagem, com prazos de entrega longos (ex: povo Guató) sendo que isto tem que ficar alinhado com os beneficiários; (iii) uma avaliação minuciosa das máquinas, cada acessório e se está compatível com a máquina (ex: povo Bakairi); (iv) respeitar a agenda da própria da comunidade, para que as ações estejam alinhadas com os pontos focais; (v) a importância de manter um fluxo de comunicação com o ponto focal da comunidade e da regional, de manter o diálogo sobre a execução dos subprojetos (manter fluxo de informações) e também manter uma comunicação com o fornecedor sobre condições de entrega dos produtos. Um exemplo são os Pareci, que não tiveram execução no primeiro momento, uma vez que o recurso desse povo foi previsto na segunda parcela, foi importante a manutenção do diálogo, mesmo sem execução. Teve também fornecedor que parou de fornecer as aves e tiveram que fazer uma conversão de aves matrizes por pintainhos de 1 dia; (vi) a articulação com a gestão municipal foi muito importante para resolver questões relacionadas à infraestrutura.

O Fábio (representante local) ressaltou a importância da boa relação com o município para conseguir ter uma suplementação de recursos para o cumprimento do projeto e que a transparência da relação foi muito importante.

O representante Valdemilson atentou para a saída da Eloênia e que atualmente a Regional está sem ponto focal. Ressaltou ainda que as articulações e estabelecimento de parcerias com a Prefeitura e Funai foi fundamental, o que foi corroborado pela Alessandra que destacou a importância das parcerias e diálogo para garantir os prazos de entrega dos materiais no período de seca.

A Assessora Técnica do ICV Sthefani ressaltou que, apesar de terem apenas 2 associações recebendo diretamente repasse de recursos, outras associações estão sendo beneficiadas com a gestão dos processos nos subprojetos.



Figuras 6- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora ICV Regional Cerrado-Pantanal

Resultados do Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid- 19 – Regional Vale do Guaporé

Valter iniciou a apresentação sobre a Regional do Vale do Guaporé, informando que atende 02 povos, Chiquitano e Nambiquara, em 11 Terras Indígenas (Anexo 09). São 09 Subprojetos com a temática de segurança alimentar, 02 associações que recebem recursos diretos (i) TI Portal do Encantado - aldeia Fazendinha, Acorizal e (ii) TI Nambiquara com várias aldeias. São aproximadamente 1.844 pessoas que estão sendo atendidas, tendo como ponto focal a liderança Soilo. O recurso da primeira parcela foi de R\$ 319.4485,28 e, até o momento, foi executado R\$ 224.000,00, equivalente a 70% da parcela.

Os projetos Vila Nova Barbecho, Fazendinha e Acorizal estão com o mesmo percentual de execução e tem a mesma dinâmica, no campo, relacionadas a produção de aves, postura e corte. Também está em execução o plantio 5 mil mudas de banana, com suporte de Roselino, no Portal do Encantado. Tem 5 comunidades em Vila Bela, com roças e quintais produtivos. No Vale do Guaporé tem aquisição de 10 motos e galinheiros. Na TI Sararé tem a reforma de 10 casas de milho e aquisição de 10 carretinhas para usar na produção e o projeto já foi todo executado. As ações nas TI Pirineus de Souza e TI Nambikwara estão voltadas para a produção e fortalecimento. Um dos grandes desafios na produção animal é a construção dos galinheiros, porque nem sempre tem profissional no local e tem que se buscar alguém fora da aldeia. E esse prestador de serviço geralmente não tem como emitir nota fiscal, sendo isso um empecilho para a execução, além da distância entre as aldeias, tanto para o deslocamento da pessoa quanto na parte da construção civil. No Portal de Encantado, tiveram que ir presencialmente e depois de muito esforço, conseguiram um prestador de serviço na parte de máquinas. Na TI Vila bela são 5 comunidades e já foi realizada uma compra de ferramentas para manutenção e manejo das áreas, estando agora sendo providenciados o frete e a entrega.

Outro desafio são as lojas no interior, que não estão preparadas para grandes demandas, tendo que ter uma articulação junto com o fornecedor, sendo fundamental um bom fluxo de comunicação.

Os projetos que ainda não receberam recursos, receberão no desembolso da segunda parcela. Ressaltou também sobre a compra de seis motos, com problema na montagem de peças importadas, demora de chegada das peças e alterações nos valores das motos, emplacamento e entrega. A TI Sararé teve uma boa execução na reforma de 10 casas de milho, contou com um excelente alinhamento entre o ponto focal e fluxo de informações. Enfatizou que eles mantêm um fluxo de comunicação com a TI Pirineus de Souza, apesar de que sua execução somente irá ocorrer com a segunda parcela dos recursos. Por fim, destacou a dificuldade com os Nambikwara devido a limitação de conexão com a internet.

A Assessora Técnica do Subprograma Territórios Indígenas, Paula Vanucci, pediu esclarecimento sobre o uso de RPA ao invés de nota fiscal. Stephanie respondeu que são os impostos que incidem para pessoa física, pois o desconto é muito grande.

A liderança do Vale do Guaporé Roselino fez suas complementações sobre a soberania alimentar reforçando a necessidade em se produzir uma alimentação rica e saudável, retomou a historicidade do povo Chiquitano sobre a cultura de “roça de toco”. Salientou que não querem somente quantidade, mas também qualidade, alimento saudável, sem química e o REM está trabalhando no fortalecimento da saúde a partir de investimentos em segurança alimentar, ou seja, sem consumir produtos com agrotóxico e comprando as sementes ou mudas com origem segura, como no caso da banana ou da batata. Destacou ainda que a utilização dos recursos serem utilizados internamente gera uma economia circular interna que valoriza a população local e o povo Chiquitano agradece a todos por isso.

A facilitação informou quanto à autoavaliação prevista para cada dia de evento, chamou a atenção para todos contribuírem com sua opinião de satisfação, relativo ao primeiro dia trabalhado, no Painel de avaliação fixado na lateral. O Coordenador agradeceu ao dia de trabalho, ressaltou que foi um dia muito rico e destacou que o Valter, foi aluno dele na Engenharia Florestal e que ficou muito feliz de vê-lo realizando esse tipo de trabalho. A assessora Paula reforçou a necessidade da prestação de contas de combustível e o comprovante de vacina e enfatizou também sobre a avaliação do dia.

ICV		VALE DO GUAPORÉ
DESAFIOS	RESULTADOS	LICÇÕES APRENDIDAS
NÃO TEM PROFISSÃO MAS É PRECISO TRABALHAR DENTRO DA ESCOLA P/ CONTRIBUIÇÃO DE GASTOS.	EXECUÇÃO DE 70% DO RECURSO	COMUNICADOS SE MERECEM O PONTO FOCAL E FUNDA-MENTO PARA QUANTIFICAR O NÍVEL DAS ATIVIDADES.
PEDREIRO NÃO TEM NOTA FISCAL, NÃO É MEI, E TEM CUSTOS P/ SER CONSIDERADO.	100% COMPRA DA CAIXA D'ÁGUA	MANTER COMUNICADO CONSTANTE E PERMANENTE P/ OPORTUNIDADES DE GRANDES DEMANDAS MAIS LOCALIZADAS.
ENTREGA DE PRODUTOS DE GRANDES E MÓDULOS A FOMENTO NESTE PRÉ-PROJETO P/ CUMPRIR COM AS DEMANDAS MANTIDAS.	60% PLANTIO DE BANANA (5000 PES)	ALINHAMENTO DO PONTO FOCAL E FLUXO DE INFORMAÇÃO E FUNDA-MENTO P/ EXECUÇÃO DO PROJETO.
UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DE CUSTOS (MOTO, CARRO), COM A ADMINISTRAÇÃO.	35% AVES E REFORMA DE MULTI-USO	
MUDANÇA DE CARRÃO DE COMBUSTÍVEL ACARINANDO OS RECURSOS DISPONÍVEIS.	80% ROÇAS E QUINTAIS PRODUTIVOS	
CONTATO DE INTERNET SEM NEM SEMPRE.		

Figuras 7- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora ICV Regional Vale do Guaporé

4.2 Segundo dia – apresentação dos temas, debates e deliberações

Leitura da Ata da 5ª Reunião de Governança do Subprograma Territórios Indígenas

O segundo dia teve início com a apresentação do dia de trabalho, por Wladimir Sena, responsável pela facilitação da reunião. Em seguida, foi solicitado as pessoas que não estiveram presentes no dia anterior que se apresentassem.

Edvaldo Lourival do Povo Manoque, se apresentou e destacou ser um momento de encontro, de luta e contribuições, a última vez que encontrou os colegas foi antes da pandemia. Espera que seja um momento de troca de informações e de sair com melhor orientação para as comunidades na base. Após as boas-vindas do Edvaldo, se apresentou a Uame kalapalo Negarote, do Vale Guaporé, que disse que pretende colaborar e contribuir com todos. Renata Costa da GIZ, Cooperação Técnica Alemã, se apresentou e informou que faz parte da governança como observadora, que está para apoiar as decisões tomadas pela governança. Agradeceu o apoio de todos pelos esforços na construção coletiva do Subprograma. Informou que Taiguara Alencar saiu do Programa REM-MT e Alicia Spengler é a nova Substituta dele e que vai substituí-lo na suplência da governança.

Após as apresentações a liderança Roselino fez uma animação com um cântico. O Coordenador do Subprograma, Marcos Ferreira, deu início aos trabalhos com a leitura da Ata e sua Assessora, Paula Vanucci, ficou responsável pelos destaques. Terminada a leitura foi aberto para as considerações dos membros da governança e observadores. Houveram

destaques da presidência da FEPOIMT, do representante do ICV, da representante da GIZ e do representante da Regional Xingu Ianukula.

Foi deliberado que: a Ata é um documento importante e que deverá evoluir para páginas e linhas numeradas; ser um documento da Comissão de governança e não da Coord. REM-MT e; ter uma estrutura da ATA com a descrição das discussões e as deliberações sintetizadas como um quadro ao final do documento.

Eliane, da FEPOIMT, solicitou que os membros venham para a reunião, já com a leitura da Ata realizada, para fazer as considerações. Foi solicitado que tanto a Coordenação do REM-MT como a FEPOIMT definam um ponto focal para contato com os membros da governança. Quanto aos documentos necessários as reuniões, o Coordenador Marcos Ferreira ressaltou que ficarão disponíveis no site do REM-MT, que ainda está em construção.

Resultados do Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid-19 – Regional Noroeste

A apresentação da Regional Noroeste, foi feita por Stephani-ICV, que fez os seguintes apontamentos: o contrato ainda não foi assinado, mas já foi feito contato e articulações com as lideranças; a regional contempla 11 povos e tem como ponto focal Edimar; são aproximadamente 8000 pessoas envolvidas, distribuídas em 17 Terras Indígenas; são 14 projetos, com no mínimo 50,000,00 e no máximo 200.000,00 e com 13 focados na linha de segurança alimentar e 1 segurança alimentar/saúde comunitária (Anexo 09). Dez organizações vão receber recursos diretos e já enviaram a documentação necessária, sendo que alguns vão receber 20% do projeto e outros vão receber 100%.

Um dos desafios foi explicar a proporcionalidade para a distribuição dos recursos, essa compreensão sobre a distribuição necessitou esclarecimentos quanto, a proporcionalidade do número de pessoas e diversidade diante de um recurso que totaliza R\$ 1.398.300,00. Outro desafio foi a previsão de fazer as compras maiores para prestar contas e ter acesso a segunda e terceira parcelas.

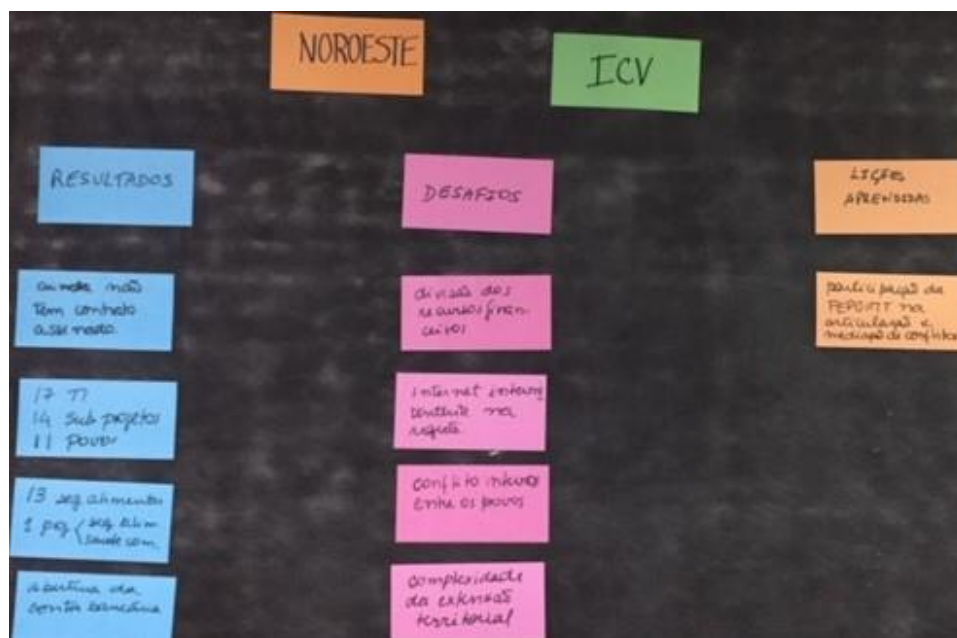
As Lições aprendidas foram que os protocolos de consulta precisam ser respeitados, assim como a organização do povo e a mediação da FEPOIMT. É difícil fazer isso a distância com acesso à internet intermitente, mas acontecem reuniões semanalmente, mas que ainda não é um costume dos representantes. Está tudo aprovado pelo FUNBIO e somente falta a abertura da conta bancária.

Edimar Rodrigues (representante local) ressaltou sobre a dificuldade de se fazer reuniões virtuais e que, inclusive, foi um dos motivos da desistência da Aglutinadora anterior (Xaraés): por isso houve a necessidade de reunião presencial, com a presença da FEPOIMT, discutindo e explicando o processo com cada representante. É um ganho de experiência a cada passo dado.

A suplente Dilma também se pronunciou destacando a confiança que existe nos representantes, apesar da complexidade do projeto e da distância das Terras Indígenas. Ressaltou a importância de sempre ouvir as bases nesse processo de implementação e de participação das reuniões. Por fim, destacou que vai levar as informações às mulheres da base e que o REM também vai apoiá-las.

Edvaldo destacou a ansiedade de todos em executar o projeto e que a reunião presencial na aldeia Tatuí foi fundamental para agilizar o processo. Tanto ele como Angelton comunicaram à

base da importância do envolvimento da diretoria das associações para ter o projeto elaborado. Isso somente foi possível com a reunião presencial, pois a internet dificultou muito o processo. O projeto está caminhando bem agora e ele destaca que sempre tem cobrado a participação das associações no processo.



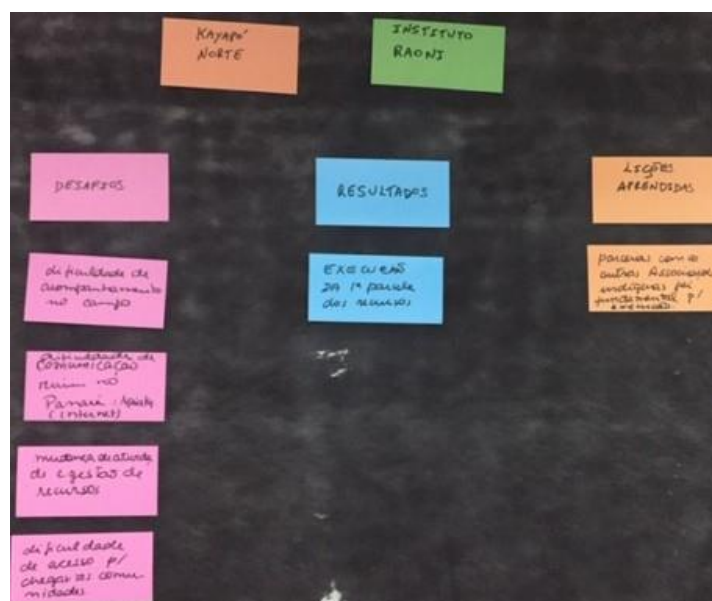
Figuras 8- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora ICV Regional Noroeste

Resultados do Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid – 19 – Regional Kayapó Norte

A facilitação convidou Sol Gonzalez, do Instituto Raoni, para fazer a apresentação da Regional Kayapó Norte. Trabalham com 08 povos indígenas; um total de 45 aldeias, em 13 municípios, totalizando 3.386 indígenas. O projeto abrange 07 subprojetos nas linhas de segurança alimentar (07 povos) e saúde comunitária (03 povos); contratação de técnicos para fortalecer a execução. O objetivo principal é apoiar ações emergenciais para enfrentamento do Covid-19, através do fortalecimento da medicina tradicional, promoção da soberania alimentar e a garantia de proteção contra o coronavírus dos povos indígenas do norte de MT (Anexo 10). Nesse primeiro quadrimestre, com o valor de R\$ 339.281,80 foram adquiridos materiais, combustível e outros insumos. Primeira atividade foi ler o Manual Operacional e a documentação necessária. Foi feita a contratação do Eliel como ponto focal. Executaram 100% do recurso da primeira parcela. O único problema foi com o Povo Panará, que está com dificuldades na execução da primeira parcela.

Um dos desafios foi sobre a gestão das aglutinadas em relação com as mudanças das atividades, mas informou ao FUNBIO e teve o apoio deles, conseguindo reorganizar a gestão dos recursos. Destacou a dificuldade de comunicação de acesso à internet com o povo Panara e Kayabi; tiveram apoio na cidade para tirar nota e; não conseguiram fazer o acompanhamento físico em campo. Por fim, deixou claro que as vezes algumas questões culturais do povo, a exemplo do luto, podem ocasionar o atraso de algumas atividades.

Como lições aprendidas viu a necessidade de parcerias com outras instituições e que esse processo de gestão ajudou no fortalecimento das associações.



Figuras 9- Projeto Emergencial para enfrentamento do Covid-19: desafios, resultados e lições aprendidas apresentadas pela Aglutinadora Instituto Raoni Regional Kayapó Norte

Ruan (representante local) destacou que no projeto, tem 2 povos que tem acesso difícil, tanto por terra como por rio e dificuldades de comunicação, mas conseguiram com radio amadores fazer o intercambio e auxiliar as bases na elaboração dos projetos, com o apoio do Eliel. O projeto avançou bastante, apesar dos problemas das associações que não tinham CNPJ, destacamos as dificuldades, mas valorizamos as pessoas que se disponibilizam em ajudar, principalmente as aldeias mais distantes. A conexão ruim dificultou os trabalhos, mas conseguiram seguir adiante. Eliel, se pronunciou e destacou algumas pessoas, como a Karina, que foi uma pessoa muito importante para o Projeto ser apresentado em tempo hábil. Houve troca de presidência do Povo Apiaká e tiveram que comunicar ao novo presidente como ia ser feito o trabalho. O Grupo mais difícil de comunicação ainda é o Povo Panará. As discussões são ricas para chegar a um acordo e seguir com a execução dos Projetos. Tivemos um contratempo na entrega da aldeia mais distante, mas já foi superado, estamos aprendendo a interagir com os diferentes povos. Informou ainda que Kulumako se afastou do processo.

Trabalho de Grupo

Após as apresentações, foi empregada uma metodologia de trabalho com o agrupamento dos principais desafios e lições aprendidas, dos diferentes Projetos das regionais, apresentados pelas aglutinadoras.

As lições aprendidas foram agrupadas em 5 temas e apresentados abaixo:

Empoderamento: a implementação do Plano Emergencial contribuiu para o fortalecimento das associações em gestão de projetos.

Sustentabilidade: processos participativos possibilitam uma visão de futuro e protagonismo indígena pós Plano Emergencial.

Governança Indígena: reconhecimento do protagonismo da FEPOIMT como articuladora do Plano Emergencial.

Comunicação: ponto focal e fundamental para garantir o fluxo de informações e execução das ações.

Parcerias: complementariedade para o alcance dos resultados.

Os desafios comuns foram agrupados “*em nuvens*” por afinidade de conteúdo. Formaram-se 04 grupos de trabalho para avaliar os desafios e debater possíveis caminhos para superá-los. Foram definidos os seguintes temas a serem trabalhados em cada grupo com a seguinte pergunta-chave. *O que podemos fazer para melhorar?* Cada Grupo apontou as possíveis soluções para os temas propostos e, posteriormente em Plenária, todos puderam contribuir.

GRUPO 1 – COMUNICAÇÃO - Eliel e Stephanie

1.1. Com projeto estruturante construir instalação de internet e a comunidade monta estratégia para a manutenção mensal com instalação em local estratégico, que venha atingir a maioria das comunidades;

1.2. retorno de parte das reuniões presenciais seguindo o protocolo sanitário;

1.3. estratégia da comunicação efetiva entre os membros da governança, pontos focais e comunidade, tendo os membros da governança o papel de fazer os contatos com a base e cada aldeia, ter seus pontos focais que repassam para toda a comunidade.

Contribuições do Crisanto: a TNC faz isso na regional Xavante e Araguaia, tendo o ponto focal como papel administrativo fazendo uma ligação direta nas regiões; Valdemilson reforçou esse papel principalmente na governança, que tem um papel fundamental no processo da comunicação, e que se não for bem feito o repasse para o ponto focal, não repercutirá bem na comunidade. Ianukulá reforçou que a comunicação precisa se organizar melhor, os pontos de internet é assunto interessante, mas as bases também têm que passar pelo mesmo processo e, precisam estar organizadas para a comunicação fluir. O que está acontecendo é que não existe ninguém para pensar as estratégias. Nesse processo poderia ter um planejamento com os setores e capacitação das bases também. Edson da FEPOIMT, citou como exemplo que o ICV auxiliou administrativamente e foi para a base, enfatizou que foi uma experiência interessante. Dante, sugeriu o envolvimento dos jovens na comunicação, que além de ajudar na divulgação mobiliza também os jovens de forma benéfica. Crisanto, esclarece que tem recursos da Coiab/WWF e do REM-MT, reafirmou que tem os pontos focais institucionais, mas esse pessoal precisa ser capacitado. Kaianaku, informa que foram adquiridos equipamentos para jovens comunicadores indígenas e para uma capacitação básica. Está previsto para esses jovens, que tem envolvimento e mais facilidade, para atuar com as tecnologias de comunicação. Foram capacitados, com recursos de outros projetos, 1 representante por regional, para atuar com os equipamentos de comunicação que foram adquiridos.

Eliel reforçou que já existe a iniciativa de comunicadores indígenas na bacia do rio Xingu, mas a comunicação precisa ser coordenada nas comunidades, pois esse é o problema. Por isso, as organizações precisam ter uma pessoa de referência e remunerada para isso. A coordenação

do REM-MT sugeriu que tendo essa rede de comunicação consolidada, poderia ser feito um elo com o setor de comunicação do REM-MT para disparar as informações para as equipes de comunicadores na base.

2. LOGÍSTICA (COMBUSTÍVEL, VEÍCULOS E ESTRADAS) Lucas e Sol

O Grupo estabeleceu as seguintes propostas:

1. Estabelecer parceria com o poder público a exemplo das prefeituras, contrapartida do estado para melhoria das estradas, disponibilização de veículos para suprir o aumento em relação ao aumento dos valores de combustível
2. Remanejar recursos para as aglutinadas ou FEPOIMT, para adquirir a quantidade de combustível para conseguir fazer as entregas de material,
3. Fortalecer a FEPOIMT com demandas do subprograma e interior com poder público;
4. Verificar a disponibilidade de frotas do REM;
5. Utilização de saldos e recursos parados para apoiar as atividades dos projetos.

Sr. Marcos Ferreira, da coord. REM-MT, informou que fazer entrega com os carros do REM-MT é possível com um planejamento prévio e com um motorista do estado, porém, não é possível contar com carros da SEMA porque hoje é o REM que está apoiando a SEMA com carros. Paula enfatizou que uma saída seria a parceria com poder público local e com os outros subprogramas, para dar um apoio e otimizar essa logística, mas isso precisa ser amadurecido. Sr. Marcos Ferreira salientou que os recursos da SAI foram realocados porque não teve demanda e, fez a proposta da criação de um GT interinstitucional para definir uma estratégia de operacionalização da logística. Dante ressaltou que os recursos da FUNAI é R\$ 286.000,00 e executaram R\$ 78.800,00 tendo um saldo de 197.200,00. A SAI tem um saldo de R\$ 15.000,00 e parte dos recursos foram utilizados, para as atividades de logística, solicitadas pela governança (ficou de checar). Valdemilson destacou que seria uma força-tarefa para encontrar uma estrutura sólida para apoiar as 07 regionais.

A representante da GIZ, Renata Costa, relatou que a questão de logística hoje é mais séria que em tempo atrás, pois além da FUNAI não poder, atualmente, dar um apoio, tem o alto preço de combustível. Os projetos do Edital precisam prever a logística na proposta, portanto, a questão da logística tem de ser definida a curto, médio, longo prazo. Seria importante ter a presença da Francieli numa próxima reunião para informar sobre os recursos disponíveis. Essa Comissão poderia abranger outras Secretarias e instituições, além da SEMA, para apoiar essa logística. A proposta foi colocada em regime de votação sendo deliberado pelos titulares a criação de um GT interinstitucional sobre logística de curto, médio e longo prazo, para participar junto com a Coord. STI e o FUNBIO. Edimar solicitou que nas próximas propostas sejam feitos os destaques e, no final da reunião, sejam colocadas em votação todas propostas que surgirem no decorrer da reunião.

3. GESTÃO - Fábio e Roselino

Foram convidados os representantes Fábio e Roselino do GT para apresentação da gestão. É um tema transversal a todos os temas. O período para as ações de segurança alimentar precisa ser mais efetivo, tem que haver diálogo e flexibilização por parte dos fornecedores, parceria com os municípios e órgãos de governo estadual e federal para apoio no frete de produtos e armazenamento de produtos.

O gerente do FUNBIO respondeu às perguntas e questionamentos sendo: (i) Quanto aos recibos, se o FUNBIO pode flexibilizar, em alguns casos, com recibos de pessoa física. FUNBIO

respondeu que existem regras com o KFW e, no caso de não ser MEI, pode apresentar recibo de pessoa física, via Prefeitura ou RPA; (ii) Quanto às cotações, se não conseguir 03 orçamentos, somente tiver 02 ou 01 proposta, deve ser justificado e solicitar a não objeção para a compra; (iii) O Desembolso do Projeto é liberado de acordo com o planejado.

Kainaku sugeriu retomar a elaboração do MOP indígena para subsidiar a execução dos projetos, evitando as dúvidas que surgem. Ressaltou que existem outras dificuldades, visto que algumas Prefeituras não sabem emitir RPA. Renata enfatizou que o MOP Indígena existe, foi elaborado pelo Dante e teria que ser apresentado e aprovado na governança, no entanto, não foi colocado em pauta nas reuniões realizadas, talvez pelas prioridades com a pandemia. Dante respondeu que o caminho é a capacitação das equipes que estão à frente dos projetos e, depois esses capacitarem outras pessoas. Eliane, representante da FEPOIMT, concordou com a proposição do Dante de ser realizada uma capacitação, para as instituições poderem gerir seus projetos, mas destacou que o FUNBIO é muito burocrático, de todas as instituições que eles trabalham, o FUNBIO é a mais complexa com tantas planilhas. Reforçou que na época de construção do REM-MT, a decisão de um fundo indígena foi justamente para não ter que acessar recurso direto de governo, tem outros parceiros que tem melhor operacionalidade. O MOP indígena precisa ser retomado, o Dante havia apresentado o MOP na época e teve vários pontos de discordância que ficou para que o FUNBIO revisasse. Portanto, o MOP deve ser retomado no planejamento de 2022 e ser finalizado para que as associações possam acessar. Paula citou o exemplo do DGM, com regras do Banco Mundial, precisa analisar o que pode ser flexibilizado e facilitado de forma a garantir o protagonismo dos povos, sem ferir a legislação. Portanto, a retomada da discussão do MOP é necessária e tenho sugestão que seja disponibilizado e formado um GT para análise e que seja colocado em pauta na próxima reunião de governança e validado. João informou que nos projetos locais já foi feita uma adaptação e simplificação dos Documentos e seus Anexos e, também, que o FUNBIO apoia as instituições no processo de gestão. Dante reforçou que é uma luta diária, a simplificação dos processos, mas o FUNBIO precisa estar seguro de que vai ter transparência nos processos, ou seja, para acessar um milhão de reais tem que saber escrever projeto, segurança tanto para o FUNBIO como para a organização não ficar inadimplente.

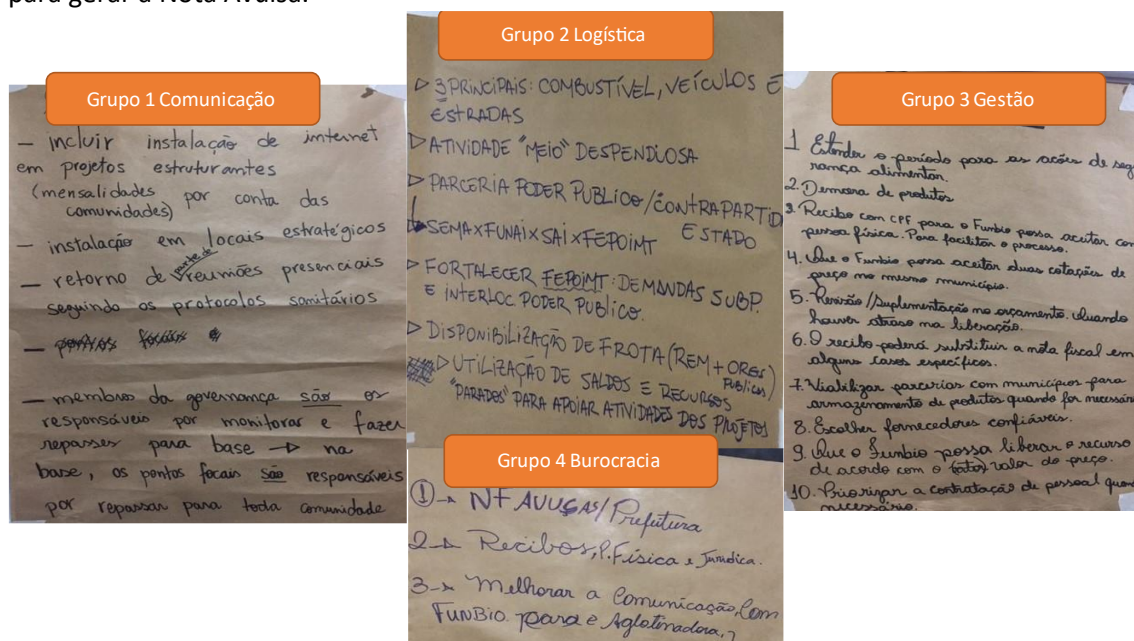
Valdemilson destacou que na construção das propostas das organizações que estavam concorrendo ao projeto emergencial, o apoio ficou mais para as aglutinadoras. Kaianaku reforçou que as regras são validadas tanto pelo doador como pela coordenação, a exemplo do Plano Emergencial, em que o FUNBIO alterou a divisão dos desembolsos de 2 parcelas para 4 parcelas, isso tem que ser melhor refletido pela Governança.

Por fim, foi deliberado pelos membros da Governança que, **o MOP Indígena será revisado por um GT em reuniões virtuais, sendo deliberado pelos membros na próxima reunião da Governança para, posteriormente, ser levado ao doador para validação.** Com relação às chamadas, a GIZ também vai apoiar às associações sobre as chamadas. Crisanto reforçou que tem que materializar no MOP Indígena, as questões que foram atendidas na prática durante a gestão do Plano Emergencial. Ianakula considerou importante ter uma base técnica nessa análise pelo representante das regionais no GT e, que as áreas administrativas das associações sejam consultadas pelo GT, fazendo um mapeamento das dificuldades e das questões mais críticas, bem como possíveis soluções, pelas bases administrativas. Portanto, essa proposta será complementar à deliberação do MOP revisado.

4. BUROCRACIA - Crisanto e Suely

Crisanto foi convidado a fazer a apresentação do quarto grupo, fez uma leitura do que foi discutido pelo grupo. Melhorar a Comunicação vai facilitar a relação entre FUNBIO e

aglutinadora e outras questões relacionadas com nota fiscal e as associações. As Notas avulsas da Prefeitura são mais caras e RPA tem um desconto altíssimo. O MEI ainda é mais justo. Suely destacou que há necessidade de remuneração do trabalho deles e muitas vezes, na Prefeitura, não tem pessoas habilitadas. Mas seria uma saída, a Prefeitura desenvolver essa habilidade para gerar a Nota Avulsa.



Figuras 10 - Resultados do Grupos de Trabalho: Comunicação, Logística, Gestão e Burocracia

O dia de trabalho finalizou com uma observação sobre a Matriz Lógica do Subprograma Territórios Indígenas. A facilitadora Magaly convidou, o Coordenador Marcos Ferreira, para apresentar os indicadores e metas que integram o Subprograma Territórios Indígenas para apresentar o status em que se encontra para o subprograma até esse momento, de sua execução (Anexo 10).

Kaianaku questionou sobre o monitoramento, onde foi informado que as instituições/associações que foram contabilizadas são as que receberam recursos dentro do fortalecimento, que essas informações são registradas no GPWeb e que foi feita consulta a FEPOIMT.

Eliane, da FEPOIMT, questionou sobre o acesso às informações, enfatizando que a FEPOIMT também faz monitoramento e que seria importante, um trabalho em conjunto. “Quais os critérios que indica o fortalecimento das Associações? Quais as Associações e como foram fortalecidas? Porque isso também precisa ser compartilhado com as bases. Tem que ter um planejamento para podermos participar do GPWeb, com antecedência, inclusive retomar as agendas quinzenais para estarmos alinhados. Queremos participar e fortalecer esse monitoramento”. Paula, reforçou que o GPWeb é um instrumento de acompanhamento e execução do programa. Tem um banco de dados dos indicadores e perguntas. “Conversamos com cada aglutinadora para pactuar as perguntas e consolidar o banco de dados. A FEPOIMT precisa se apropriar desse instrumento. Também entendemos que a FEPOIMT tem autonomia para ter seu próprio monitoramento, mas precisamos estarmos alinhados para que não haja incongruência de dados”. Marcos finalizou reforçando a ideia de que todos os membros podem ser capacitados no GPWeb.

Fabio sugeriu que o REM-MT amplie para as mulheres indígenas acompanharem também. Kaianaku afirmou que cada um responde pela sua regional e que as mulheres vêm acompanhando desde o início, demonstrando o esforço feito por elas para que conquistassem uma cadeira na Governança para a TAKINA.

No final do dia, foi informado sobre o formulário *Google Forms*, com perguntas relacionadas aos objetivos e indicadores da matriz de cada eixo. Foi feita uma leitura rápida do documento e enfatizado que não será necessário informar quem preencherá. O formulário foi enviado, via whatsapp, para acesso e preenchimento dos membros. De forma anônima, apenas 07 membros preencheram o formulário, sendo os resultados detalhados no Anexo 12.

4.3. Terceiro dia – apresentações dos temas, debates e deliberações

A abertura do terceiro dia contou com a facilitação de Magaly Medeiros, iniciando com a leitura da programação do dia. Após, Luiz Tsereme fez a animação abrindo o dia. Posteriormente, Paula Vanucci, Assessora da equipe de Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas, fez a leitura dos destaques da ata, como sugerido pelos presentes no dia anterior, para que o documento pudesse ser impresso e assinado pelos participantes da 5ª Reunião de Governança. Eliel Rondon enfatizou sobre a escolha da presidência da Governança na Ata. Paula explicou que já consta em ata e que esta pauta será feita na tarde deste dia durante o momento de Reunião Interna. O Coordenador STI Marcos Ferreira explicou que já existe um presidente e, conforme regimento interno, é o Coordenador do Subprograma. Crisanto, enfatizou a necessidade de compartilhar as responsabilidades e que a revisão do Regimento Interno se faz necessário. Propôs que seja escolhido um Vice-Presidente.

Após, os apontamentos, Magaly Medeiros colocou a ata da 5ª Reunião em regime de votação, sendo aprovada pelos membros da governança presentes e sendo a mesma assinada pelos membros.

Planejamento do Projeto Fortalecimento Institucional da FEPOIMT – Fase II (2022) – Resumo Executivo para as ações de 2022, cronograma e planilha financeira

Em seguida, Renata Costa (GIZ) e Eliane Xunakalo (FEPOIMT) foram convidadas à apresentar o planejamento do Projeto FEPOIMT fase II. Renata iniciou explicando a diferença entre os eixos do subprograma e o projeto de Fortalecimento Organizacional da FEPOIMT. Explicou que sua apresentação iniciaria com um histórico do papel da GIZ neste processo. No final do projeto FEPOIMT fase 1, havia um recurso para a contratação de uma consultoria para elaboração do projeto fase 2, porém, chegou oficialmente, um ofício da FEPOIMT para GIZ realizar esta atividade, devido que o recurso previsto havia sido destinado para logística de trabalho da instituição. Em março de 2021, foi iniciado o processo de construção participativa do projeto de fortalecimento organizacional do PDI 2, ainda sem recurso, porque o projeto da GIZ só foi aprovado em maio. Portanto, a equipe interna da GIZ iniciou este trabalho, mesmo não tendo ainda o recurso liberado, que só foi acontecer em maio.

O trabalho deste grupo foi olhar a essência e o futuro, ou seja, o que era necessário projetar para o projeto da FEPOIMT. Qual o sonho para os próximos 2 e 3 anos. Entre março e maio trabalharam objetivos e atividades. Na sequência, em junho, incluíram no processo de construção, a Coordenação do Subprograma, ICV e GOPA a partir da estrutura já proposta pela GIZ e FEPOIMT em meses anteriores. Mostrou a estrutura do projeto com o PDI I: objetivos, resultados, indicadores, atividades e metas. Posteriormente, apresentou a essência do

segundo projeto. Os objetivos, em número de 06, foram criados a partir dos objetivos anteriores. Sobre a metodologia, a GIZ contratou um consultor. O consultor teve dificuldade em compreender qual o valor final do PDI 2. Ele apoiou na construção final do orçamento. Utilizaram a metodologia 3-1-1 (3 minutos para esclarecer; 1 minuto para esclarecer; 1 minuto para definir). A GIZ fará um segundo aditivo com o consultor para fechar este processo.

Eliane Xunakalo disse que não achava necessário fazer a apresentação, mas em respeito aos demais parentes decidiram mostrar nesta reunião. Falou que a fase I foi para consolidar a FEPOIMT e a fase II veio para estruturar a FEPOIMT (sede, pessoal, etc). Sobre a sede, mencionou que ainda não será possível sua construção, devido a interlocução com o doador. O KfW pediu para a FEPOIMT apresentar uma proposta de construção de sede. Já iniciaram a elaborar a proposta de construção da sede. Afirmou que o KfW está bastante animado com a ideia. Dentre outras menções, falou do aceno do KfW para a extensão de prazo, devido o atraso para a entrega do projeto. Apresentou uma planilha e disse que ela será disponibilizada para os presentes ainda na reunião. Apresentou os objetivos, resultados, indicadores, metas e encaminhamentos. Na ocasião, explicou que como ainda não definiram sobre a construção da sede, irão alugar um imóvel para a FEPOIMT. Explicou que as informações financeiras estavam desconstruídas e por isso não conseguiam fechar a planilha de custos. Com relação a contratação de pessoal, colocaram a observação de que a contratação de pessoal deve ser condicionada a demonstração de interesse da Coordenação do Subprograma para aprovação. Os objetivos macros tratam de: i) estruturação física e de pessoal da FEPOIMT; ii) mobilização e participação da FEPOIMT em reuniões de Governança, incluindo processos de articulação para troca de saberes, agilização do processo administrativo e logística para participação de reuniões; participação das Assembleias de Governança e do CONDEF (Conselho Deliberativo e Fiscal), reuniões regionalizadas e interna. Algumas das atividades estão condicionadas ao interesse da Coordenação; iii) produzir, organizar e disseminar informações. Inclui produção de informações sobre e para o REM-MT, implantar Programa de Gestão de Conhecimento, monitorar dados (projetos, geoprocessamento etc.); iv) monitoramento dos projetos do Subprograma Territórios Indígenas, capacitação da equipe da FEPOIMT, também em salvaguardas, ODK e GP Web. Monitoramento será compartilhado com o Subprograma Territórios Indígenas; V) apoiar a consolidação das associações indígenas de base – inclui elaboração de diagnóstico jurídico e contábil das organizações existentes, apoiar a regularização das associações de base.

Explicou por que apenas 03 associações de base serão regularizadas, tendo em vista os custos altos para regularização. Foi sugerido consultar o FUNBIO para verificar quais os documentos necessários para regularizar, para que as associações estejam aptas a acessar recursos do próprio REM, assim como de outros programas e projetos; vi) acompanhar a finalização do Plano Emergencial – envolve visitas técnicas e capacitação de mitigação de conflitos para evitar problemas na base.

Na sequência, foi apresentada a planilha síntese do projeto, sendo focado os valores ajustados da planilha e mostrado os cortes no orçamento. O valor total de orçamento: é de 6 milhões: sendo R\$ 5.193.000,00 (somado aos PDI 2 e 3) para o Projeto de Fortalecimento. Destes, R\$ 2.500.000,00 são do PDI 3. Não conseguiram identificar os 30% do valor sobre o PDI 3. Realocaram de R\$ 6 milhões R\$ 802.746,00.

Na plenária, o Presidente da FEPOIMT Crisanto falou da importância dos editais para chegar às organizações de base. Disse que existem outros fundos complementares, pois o recurso do REM-MT não atende a todas as demandas dos povos indígenas de MT. O Fundo POODALI é um exemplo. Não há sobreposição porque as demandas existem, pois Mato Grosso é um estado muito grande e, por isso, precisam de parcerias.

Dante (FUNBIO) justificou a necessidade de uma planilha detalhada por elemento de despesa para que todos tenham ciência do que será gasto. Fez três perguntas: i) como foi o processo de construção ii) sobre a validação dos recursos; iii) sobre as organizações de base, se elas serão capacitadas ou se também terão outras despesas de consultoria. Quais serão as atividades? Iv) Qual o papel do ICV? Será apenas uma âncora jurídica ou será uma aglutinadora? Qual a contrapartida da FEPOIMT que pode ser quantificada monetariamente?

Eliane explicou que foram 8 meses de reuniões entre FEPOIMT e parceiros, mas não houve participação da base e do FUNBIO, mas os parceiros deram sugestões. Além disso, validaram com os presidentes dos conselhos, especialmente com o Conselho Fiscal. Ressaltou que nem todos tem o conhecimento técnico, mas todas as planilhas foram apresentadas e explicadas para os representantes dos conselhos. Portanto, houve processo participativo, inclusive para aprovação do orçamento.

Sobre as organizações de base: a capacitação para as organizações, terá critérios de participação, isto inclui logística, participação do curso, etc. Buscarão, ainda, outras parcerias, além da GIZ. Crisanto aponta que é preciso atentar para que as ações que aparecem no REM-MT podem ser atividades apoiadas por outros parceiros. Eliane, diz que há projetos que tem sinergia com o REM-MT e algumas ações foram pensadas, em ações que já haviam sido apoiadas. Pretendem buscar outras parcerias para fortalecer as atividades planejadas.

Renata apresentou em tela a planilha detalhada. Com relação ao prazo, colocaram os doze meses porque foi uma exigência. Mas conversaram com o doador (KfW) e perguntaram se serão 12 meses mesmo e que o KfW disse que haverá prorrogação de prazo. Marcos Ferreira falou que a sua formação incide em lidar com prazos, objetiva e cartesiana e relacionada a prazos. Deixou claro que a coordenação não participou do início do projeto e que não foi convidada a participar, inicialmente, do processo sendo chamada a posterior. Deixou claro que o projeto da FEPOIMT ainda não foi entregue informando os passos a serem constituídos: “Logo após a entrega, será avaliado por um Comitê Técnico e será passado para parecer da Consultoria Internacional, posteriormente será enviado ao FUNBIO para análise técnica e jurídica, que enviará para a não objeção do KfW. Só após a não objeção o recurso será liberado”. Disse que não recebeu, formalmente, do doador documento sobre a prorrogação de prazo. “O que há são 12 meses porque foi pactuado com o FUNBIO (doze meses após a contratação)”.

Eliane explicou que a coordenação não foi chamada porque ainda não queriam a Coordenação e chamaram a GIZ porque confiam na GIZ e queriam que esta instituição facilitasse o processo durante dois meses, pois era um momento muito interno da FEPOIMT, para que pudessem descobrir qual era a essência. Tem expectativa de protocolar o projeto ainda em dezembro e que o processo demorou porque a FEPOIMT é participativa. Crisanto, falou da necessidade de respeitar o momento indígena para a tomada de decisões. Expôs, que a relação é muito nova entre a FEPOIMT com o Estado do Mato Grosso e que, portanto, há um cuidado nas relações e isso, é uma postura política da instituição na atual conjuntura da FEPOIMT. Ianukulá - parabenizou a FEPOIMT pelo orçamento apresentado e empenho da equipe para que se aproxime da consolidação de se ter uma sede, para que o trabalho com os povos do Mato Grosso seja mais eficiente. Em relação ao que foi apresentado, a FEPOIMT poderá, no tempo adequado, disponibilizar o material para que a governança tenha capacidade de avaliação, visto que neste espaço de tempo não terão capacidade de análise. Colocou que há uma falta de esclarecimento de qual é o papel dos membros da governança, já que outra instância da FEPOIMT delibera (Conselho Deliberativo Fiscal). Pediu esclarecimento sobre qual o momento em que a Governança libera e qual o momento que o Conselho da FEPOIMT delibera. Colocou, ainda, como todos envolvidos indígenas estão preparados para receber estes impactos

positivos. Crisanto enfatizou que os projetos são deliberados para que atendam aos anseios da comunidade. O papel da governança é o de subsidiar os técnicos e o CONDEF representa o controle social de 43 povos e o REM-MT passa pela aprovação do CONDEF, pois é controle social e é preciso garantir a participação social. Valdemilson, destaca que a governança é específica para pensar o programa REM-MT e a estratégia dos membros de reforçar as bases. Reforçou a necessidade de buscar estratégia para a construção da sede da FEPOIMT. Kaianaku comenta que para construir o projeto foi apresentada a proposta ao CONDEF e há membros do conselho que atuam na FEPOIMT e que este papel de deliberação sobre o projeto é do CONDEF.

Paula Vanucci – é necessário que compreendam que há um recurso que será constituído até a sua aprovação final e que ainda há um processo até a sua aprovação. A FEPOIMT, apesar do tempo de atuação e ser uma instituição indígena, está participando do REM-MT que faz parte de um programa estadual e a transparência é necessária ao processo. “O projeto é uma vitrine e tem muita gente observando, portanto, as críticas podem ser positivas ou negativas. A defesa do projeto é a transparência. O REM como programa está apostando no acordo que foi estabelecido com a Federação e torcem que haja acordos com outros parceiros. Há pessoas que torcem contra o projeto e que, inclusive, se opõem a proposta”.

Edson (FUNAI) expôs que um dos grandes problemas dos projetos é a compatibilização de tempos entre beneficiários, doadores e gestores dos projetos. Darlene, enfatizou que a Federação nasceu desta maneira, para o fortalecimento do Mato Grosso. “A Federação é um sonho antigo”.

Renata, destaca que a governança indígena é do Subprograma Territórios Indígenas. “Para a GIZ, de acordo com Convenção da OIT, a consulta Livre, Prévia e Informada deve ser mantida durante a execução, continua ao longo do Subprograma e de outros recursos advindos de outros programas e projetos que passem pela discussão da governança”. Com relação ao KfW expôs que todos os beneficiários locais têm o direito de falar com o financiador (KfW e BEIS) e que precisam continuar tendo acesso. O KfW precisa confiar na gestão do FUNBIO e da SEMA, mas que precisam de outros mecanismos de queixas e reclamações que precisam ser acionados, por isso a FEPOIMT provocou e a GIZ mediou uma reunião com o KfW. Expôs, ainda, sobre a prorrogação de prazo sobre o REM fase I. Disse que precisa de uma renovação, porque com todos os atrasos os recursos não serão executados, inclusive porque não haverá tempo. Apenas os 40% destinado ao Fortalecimento Institucional foi executado, diferente de outros subprogramas. Renata, em nome da GIZ, pediu que constasse em ata que é preciso que haja prorrogação de prazo, visto que há um volume alto de recursos e atividades e que seja formalizado. Disse ainda, que não basta que o KfW acenasse para a prorrogação, é preciso que seja formalizado.

Marcos Ferreira enfatiza que o REM-MT é um Programa do Estado, de fato. Mas cada Subprograma tem um poder de decisão sobre os recursos que lhe convém. No caso do indígena, os recursos passam pela Governança, diferente dos outros subprogramas.

Kainaku – esclareceu sobre o controle social e caso necessário pode ser detalhado o projeto a governança em outro momento. Se houver necessidade de outras reuniões para esclarecer as ações do Projeto da FEPOIMT, a instituição se coloca à disposição da Governança.

Planejamento dos parceiros para 2022 – Funai e CMCR+

A apresentação da FUNAI foi feita por Edson, suplente na reunião da Governança. Iniciou sua fala mostrando sua percepção sobre a demora da aplicação dos recursos pela FUNAI. Porém,

destacou que a estrutura da FUNAI, com sede em Brasília e suas Regionais, ultrapassam fronteiras territoriais, ocasionando uma complexidade na gestão. “Há um problema, pois há recursos no Estado do Mato Grosso, mas as regionais da FUNAI são braços de Brasília e isso impossibilitou maior celeridade para deliberações sobre as ações no Mato Grosso. Elas respondem à Brasília e não estão vinculadas entre si. O formato administrativo e territorial da FUNAI é outro. Outro fator de atraso é advindo da pandemia. Neste sentido, será feito um webnário entre todas as regionais para refletir sobre o que fazer com todo o recurso do REM-MT a ser aplicado pela FUNAI. O principal objetivo é criar um espaço de diálogo em todas as regionais que existem no Mato Grosso. Esta é uma parte do recurso (cerca de R\$ 25 mil reais). Outra parte do dinheiro é destinado à fiscalização (pouco mais de 100 mil reais), a ser aplicado no primeiro semestre do ano que vem. Finalmente, outra parte será investida na aquisição de equipamentos (pouco mais de 100 mil). Com relação ao último item, foi feito um diagnóstico entre as regionais para verificar as necessidades”. Foi distribuída uma tabela com a descrição dos equipamentos e ressaltada a dificuldade da FUNAI em trabalhar com o sistema Cérebro do FUNBIO. Ele também frisou que se paga caro por equipamentos ruins.

Suely, representante da Coordenação de Mudanças Climáticas fez exposição sobre o que são as salvaguardas, necessárias para um Programa de REDD+ (Anexo 11), constituídas pelas salvaguardas de Cancun, Colômbia, Peru e Acre. “Mato Grosso pretende inovar com um padrão ART-TREES, no âmbito do Programa REM-MT, desenvolvendo as 07 Salvaguardas Socioambientais, com indicadores de processos e resultados”. Suely se ateuve a terceira salvaguarda que trata do respeito aos povos indígenas e a quarta, que trata do processo participativo. “Fortalecer a FEPOIMT é fundamental, porque virão outros projetos que necessitarão deste tipo de participação e controle. Portanto, quanto mais estruturado tiver o lugar de fala melhor. As salvaguardas servirão para o REM-MT, para o Estado do Mato Grosso, outros Programas e Projetos que virão. Isto é uma forma de resguardar as populações e comunidades com mais fragilidades. Foi contratada uma consultoria jurídica para a construção e implementação da estratégia de monitoramento e relato do cumprimento de salvaguardas socioambientais de REDD+ do REM-MT. A transparência se torna fundamental e os indígenas são protagonistas neste processo. O Padrão segue o Artrees para garantir a participação efetiva das partes, incluindo povos e comunidades tradicionais. Para isso é necessária a análise de informações e a elaboração de uma matriz de compatibilidade dos estados que já desenvolveram salvaguardas”. Mostrou as etapas para a construção das salvaguardas no Estado. “Todo o processo foi participativo sendo o documento uma ferramenta democratizada. Será construído um sumário com o Relato de Salvaguardas e um Manual Operacional das Salvaguardas (MOP). A Ouvidoria também é um órgão responsável pela transparência e funciona na SEMA e está, ainda, em processo de aprimoramento”. Lembrou que no dia seguinte, 17/12/2021, será apresentada em outra reunião, com convite a algumas pessoas presentes neste encontro, a reunião do Conselho Gestor, para apresentação dos indicadores de processo e resultados das Salvaguardas do REM-MT a serem monitorados. Finalizou dizendo que as salvaguardas irão garantir os direitos e dar visibilidade à voz dos indígenas.

Crisanto solicitou a apresentação da Coordenadoria de Mudanças Climáticas sobre salvaguardas. Chamou a atenção de que os povos indígenas precisam das salvaguardas e isto já estava colocado nas consultas. “As salvaguardas são novidade e as lideranças indígenas precisam compreender mais, para poder repassar nas comunidades”.

Magaly deu início ao último período dos trabalhos, explicando que algumas pautas foram sacrificadas devido as ricas discussões que ocorreram nos dois últimos dias. Desta forma, pediu para colocar em votação se o tema de planejamento do Subprograma Territórios Indígenas

será discutido na próxima reunião de governança. Magaly confirmou que o planejamento 2022 ficará para a próxima reunião, restando definir a data do próximo encontro.

Na sequência, Crisanto pediu uma salva de palmas para Edvaldo, representante da Regional Noroeste e enfatizou que a presença dele e de Angelton Arara são fundamentais na reunião de Governança. Magaly pediu para Edvaldo se manifestar e este se informou que na reunião anterior não havia representante da regional e explicou que Angelton não está presente porque seu sogro está doente. Mencionou que tentam fazer o trabalho da melhor forma possível, mas que muitas vezes fica difícil cumprir a agenda por motivos que fogem ao controle dos membros da regional. São 11 povos em sua regional e, às vezes, sentem muitas dificuldades de articular com a base. Está fazendo mestrado e, teve que se ausentar por conta da sua tese.

Fernando Sampaio, Diretor da PCI e Coordenador Adjunto da estratégia PCI se apresentou. Valdemilson pediu que fosse explicado o que é PCI. Fernando respondeu que a sigla significa Produzir, Conservar e Incluir e que as metas visam reduzir o desmatamento, garantindo a produção com a inclusão dos beneficiários. “A estratégia foi lançada na COP 21 visando garantir a conservação no Mato Grosso e o desenvolvimento sustentável. Essa estratégia reúne várias parcerias e investimentos, dentre elas o REM-MT, para se concretizar. Na COP 26, o governo se responsabilizou pela descarbonização no Estado, o que implica na redução de desmatamento com aumento de produção, mas para isso é necessário parcerias e investimentos para que a estratégia seja executada. Neste sentido, esta COP foi uma oportunidade para algumas destas pactuações. No evento, o tema floresta foi bastante discutido, inclusive com os beneficiários, a exemplo dos indígenas. A PCI contratou uma consultoria para elaborar um modelo de investimento e estratégias de captação de recursos. A Governança do REM-MT, enquanto estratégia servirá como modelo para outros programas”. Destacou a parceria da GIZ no acompanhamento da estratégia de construir a meta indígena, assim como as PCIs regionais. No segundo caso, implica em refletir os problemas existentes e em como superar as dificuldades do território. Posteriormente, foram abertas perguntas para esclarecimentos.

Edson indagou quanto ao monitoramento, incluindo geoprocessamento e sala de situação. Destacou que há carência de recursos para a área de monitoramento. Quais as contribuições que o monitoramento, por meio do sistema Planet podem trazer? O que está sendo pensado para o mercado de carbono? Fernando lembrou da repartição de benefícios do REM-MT. 60% foram destinados diretamente aos beneficiários e 40% para fortalecimento institucional e, deste último, a maior parte foi para investimento do controle ao desmatamento. “A SEMA MT consegue prevenir o desmatamento, localizando proprietário e área, inclusive se está dentro ou fora do CAR. Todavia, há divergências entre a projeção da SEMA e as do INPE, que deverão ser adequadas entre as instituições, visto a diferença ser grande. Em relação ao carbono, a conta que o MT tem de carbono é feita com as imagens do PRODES, assim como a redução do desmatamento. Esta conta é feita todo ano para UNFCCC. Todo este volume é dividido, dando o número por estado. Há interesses de empresas em comprar carbono do Mato Grosso. Por outro lado, o REM-MT é fundamental para mostrar que há execução do Estado em Programa de REDD+”.

Kaianaku – agradeceu as informações sobre a PCI e solicitou uma reunião específica para saber de que forma os povos indígenas serão inseridos na estratégia. Fernando, concordou sobre a reunião para discutir a inclusão dos povos indígenas e que está previsto para o primeiro semestre do ano que vem. Crisanto sugeriu, que caso o Fernando tivesse disposição a PCI fosse pauta para a próxima reunião. Fernando concordou em participar.

Na sequência, a palavra foi passada para Dante, para tratar dos passos necessários para acessar os recursos, do FUNBIO, por meio dos editais. Paula julgou importante, abordar o ciclo de projetos e ao final lembrar as linhas, verificando o que é elegível do que não é elegível. Dante tratou do rito para desembolso dos recursos, explicando que o desembolso pode demorar 6 meses. As fases envolvem: i) concepção e validação da chamada, Parecer da GOPA enviado ao KfW para não objeção (90 dias). Grande parte do prazo desta etapa já venceu e na próxima segunda será enviado ao KfW (20/12); ii) propositura/avaliação/seleção – demora 110 dias. Marcos ressaltou que o processo de avaliação ocorre pelo Comitê Técnico constituído para esse fim por técnicos especialistas na área. Esta etapa demora 108 dias; iii) contratação – demora 51 dias. Explicou que o tempo desta última etapa pode variar, visto que o cumprimento ou não de alguns requisitos, para haver desembolso, podem atrasar o início da execução das ações. Tomou como exemplo a AJINA, que não conseguiu a chave J, sendo o projeto cancelado. Darlene explicou que teve problema semelhante com o Banco do Brasil. Paula, sugere: como já ocorreu isto em projetos anteriores, que haja uma nota conjunta entre Coordenação e FUNBIO, para que seja encaminhado às instituições financeiras, explicando sobre os projetos e facilitando a abertura de contas e outros procedimentos administrativos. Fernando, “este documento pode ser feito e levado à superintendência do banco aqui em Cuiabá”. Darlene, afirmou que esta carta de recomendação, irá ajudar as organizações no desembolso do seu projeto. Dante explicou que a conta não precisa ser nova, mas não pode ter pendências. Luiz indaga: e a manutenção da conta? Dante pede que não coloquem no projeto taxa bancária. O recurso deve ser aplicado para gerar uma determinada renda, que servem para pagar as taxas do banco. Luiz enfatiza que os bancos cobram taxas quando o dinheiro é usado, mesmo sendo aplicado e retornando para a conta corrente, caso seja retirado antes do prazo. Teria que retirar no prazo previsto para retirada, para não haver cobrança.

Marcos Ferreira, dando retorno a fala da Renata, no início da tarde, disse que o projeto tem como prazo 01 ano de execução, a partir de sua contratação. Quanto à formalização de prorrogação de prazo será possível a partir da revisão de meio termo do Programa, visto que será definido quanto tempo a mais será preciso para encerrar a fase I.

Valdemilson, fala da necessidade de se ter segurança da entidade escolhida, para que haja execução do projeto. Crisanto, sugere que se escolha banco com menores taxas. Querem segurança para execução do projeto de fortalecimento institucional, visto que também ocorreu a pandemia. Mencionou que foram atrás do KfW levando em consideração todos os contratemplos ocorridos e que tem de haver equação dos tempos. Fernando comenta que há outras demandas de vários projetos de outros subprogramas. Portanto, esta demanda não é só da FEPOIMT.

Dante, apresentou a versão final do formulário para projetos locais, constando de 6 anexos simplificados: i) Dados cadastrais e currículo das instituições; ii) Identificação das instituições parceiras – não é obrigatório, mas conta ponto no momento da avaliação; iii) Apresentação geral do projeto; iv) Cronograma físico – financeiro; v) Orçamento. Destacou que o Edital dos Projetos Estruturantes é o Edital que já foi trabalhado pelas Aglutinadoras. Dante lembrou que as instituições também serão avaliadas após a execução de seus projetos. Foi encaminhado pela governança a solicitação de realizar uma capacitação em gestão e elaboração de projetos, sendo 1 por Regional, principalmente para os gestores das associações.

Marcos Ferreira deu início a discussão sobre governança. Lembrou que Renata pediu para trocar o membro suplente da GIZ, Taiguara, por Alicia. Observou que o mandato dos membros é de dois anos e que o prazo já expirou. Pediu uma reflexão sobre isso. Outro ponto para reflexão diz respeito a reunião ampliada, com a participação do membro titular e do suplente, deixando ainda mais caro os custos do subprograma. Mencionou ainda, que teve representantes que não compareceram às reuniões e que não devolveram as diárias, como previsto no regimento. Paula complementou reforçando a importância da discussão e, frisou dois aspectos a serem considerados: a recondução dos membros e que a reunião de governança é para participação dos titulares. “Os suplentes só deveriam vir quando o titular não puder estar presente. Esta foi uma reunião de exceção, visto que foi uma reunião de avaliação, mas as despesas para esta reunião foram da ordem de R\$ 98 mil reais. Neste sentido, precisa se definir melhor os mecanismos. O valor de combustível é muito alto e muitas vezes não é justificável. Como justificar recursos entregues para pessoas que não se fizeram presentes em reunião? É preciso pensar em estratégias entre coordenação e FEPOIMT para achar possíveis soluções. O KfW já chamou a atenção para a quantidade de diárias gastas no Programa. Nas próximas reuniões este levantamento terá que ser feito porque fica difícil justificar para os doadores”.

O FUNBIO exige que sejam apresentadas as notas fiscais, pois a transparência precisa aparecer em todo o processo. Dante, menciona que o combustível precisa ser comprado sempre de forma separada das diárias, por conta de prazos distintos da execução da ação, é preciso ter planejamento, uma data de reunião com antecedência para o FUNBIO proceder com o combustível a tempo. “O documento tem que ser válido, prestado conta. Caso o recurso das diárias não seja devolvido o CPF da pessoa será bloqueado”. Eliane – diz que a FEPOIMT sempre procurou passar as informações e que estão procurando ter maior transparência possível. “Combustível é necessário porque senão as pessoas não conseguem chegar ao encontro”. Sobre os membros da governança, Crisanto tem cobrado a participação dos membros. Sugere que seja aplicado o regimento.

Eliane cobrou uma resposta com relação aos recursos que estão no Subprograma de Fortalecimento Institucional e porque a Coordenadora do Subprograma não esteve na reunião. Marcos Ferreira – explicou que a Coordenadora é mais recente e não tem o histórico e que a Coordenadora do REM-MT, entende que o recurso utilizado na época foi um acordo para aquele momento e tem uma compreensão de que é difícil fazer uma governança sobre outro Subprograma do REM-MT. Dante, reforçou que os recursos do Subprograma D para a articulação de poder público do Programa REM-MT e que os recursos para a governança indígena saem do próprio subprograma. Sugeriu que é preciso ter economia e trazer às reuniões apenas quem é necessário.

Darlene, menciona que o regulamento interno é feito para ser seguido e precisa ser cumprido. Disse que este é o momento para fazer esta reflexão, porque é um momento de mudança. Falou também a sobre as mulheres que são suplentes e que é preciso que haja mudanças. “Há um machismo e que é preciso que haja espaço para outras mulheres. Este é um momento de renovação é preciso dar espaço para outras pessoas”. Ela também não conhece o valor que está sendo gasto e que é legítimo que seja mencionado quanto foi gasto por reunião. Achou legítima a diária que ganhou, pois ajudou nos gastos para a sua presença na reunião.

Marcos Ferreira se pronuncia quanto ao recurso da SAI, dizendo que este foi utilizado para outra atividade do Subprograma D porque a SAI não reivindicou o recurso e ele ficou

represado. Magaly informa que foi apresentado na quinta reunião um template, com as despesas que vão ser desembolsadas. Isto foi feito para o Subprograma Territórios Indígenas, assim como para os demais Subprogramas. A FUNAI fez a previsão e a SAI não solicitou os recursos, portanto, foram replanejados para outras atividades do subprograma.

Crisanto menciona que quem preside a governança é a coordenação do Subprograma e pergunta como o governo vai se autoavaliar. “Há um problema: como é que um membro da governança ganha diária, não participa e não devolve o recurso. Portanto, retira sua proposta de que seja necessário um presidente da governança, visto que em outros espaços de governança a presidência é alternada. Neste caso, o Vice- Presidente pode ser do controle social. Se querem melhorar, é preciso que os membros sejam maduros, tenham consciência. O dinheiro é dos indígenas, mas é preciso que seja usado de forma justa. É preciso que seja feito a leitura pelos membros da governança e cumprido o regimento. O Governo está presidindo espaço de governança fora do governo. É preciso que haja um vice do espaço social. É preciso consciência porque prejudica quem faz a gestão do recurso. O mandato é de dois anos, e já ultrapassou o prazo”. Pede orientação de como deverá ser a recondução, já que conforme o regimento, as regionais devem escolher os seus representantes. Marcos Ferreira, comenta que vê a possibilidade de ter um vice presidente e pode ser feito com a devida alteração do regimento, enfatizando que: “a coordenação não fará nenhuma interferência na escolha dos membros, apenas acatará a escolha”.

Iunakulá, pondera sobre os gastos e enfatiza o aumento dos custos, especialmente do combustível que sofreu uma alta significativa. Pediu que seja feita uma planilha com a transparência dos gastos. Em relação ao regimento interno, pede esclarecimento quanto ao prazo dos membros da governança.

Kaianaku, sugere que seja possível remanejamento de recursos do subprograma D para o B ou auxiliar do subprograma Territórios Indígenas por meio do Fortalecimento Institucional. Apesar do pouco recurso da SAI, pede para verificar se é possível utilizar. Pediu, ainda para verificar a possibilidade da FUNAI ceder recurso. Marcos Ferreira informa que é preciso que haja projeto ativo para que sejam alocados recursos. Magaly informa que na próxima reunião de governança haverá uma apresentação sobre a destinação dos recursos do Programa Fortalecimento Institucional. Dante enfatiza que há uma matriz lógica pela qual o FUNBIO se orienta. Está claro que 0,88% do Programa deve ser aplicado na Governança e que o acompanhamento é a partir do que foi pactuado. “A governança do Estado está no Subprograma D. Portanto, há a Governança do Programa e a governança do Subprograma”.

Os encaminhamentos ao longo dos dias de reunião foram aprovados, sendo eles: 1 – Diálogo/parceria com poder público local (prefeituras, FUNAI, outros); 2 – Criar um GT para detalhar ação de logística, estratégia de como vencer o problema da logística para os projetos do Plano Emergencial; 3 – Articulação com a PCI para ajudar na facilitação com os municípios; 4 - Reunião virtual na primeira quinzena de fevereiro para a retomada e revisão do MOP Indígena para ser apresentada a proposta e validada na próxima reunião de governança; 5 - Fazer mapeamento das dificuldades e sugestões das organizações de base sobre o MOP; 6 - Realizar planejamento conjunto de monitoramento participativo durante as reuniões quinzenais entre Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas e FEPOIMT; 7 - os resultados serão apresentados na próxima reunião de governança; 8 – Capacitação da FEPOIMT e governança no GPWeb com data a definir; 9 - Maior participação de mulheres na governança do Subprograma Territórios Indígenas; 10 – Ata da Reunião de Governança Aprovada; 11 - Disponibilizar projeto Fase 2 para os membros da governança; 12 – apresentação do planejamento 2022 do subprograma TI na próxima reunião; 13 – Apresentação da PCI na próxima reunião para definir como os povos indígenas serão incluídos;

14 - Carta aos bancos sobre o Programa REM-MT assinada pelo FUNBIO e Coordenação REM-MT; 15 - Capacitação virtual das Associações em gestão de projetos na segunda quinzena de fevereiro; 16 – GIZ vai enviar Ofício para substituição do membro da GIZ Taiguara pela Alícia; 17 - Recondução e recomposição dos membros da governança que serão empossados na próxima reunião de governança - Obs: representantes serão responsabilizados pelo processo de recondução; 18 - Serão solicitadas justificativas aos membros ausentes que receberam diárias; 19 - Regimento Interno deverá ser revisado, pode ser colocado no grupo de whatsapp para revisão e ser apresentado na próxima reunião de governança; 20 - Devem ser disponibilizados os documentos gerados pelo Subprograma TI em email ou similares. Obs: Tudo que ocorrer antes disso deve ser executado pelos membros da governança da atual gestão, com legitimidade da discussão até a recondução dos membros na próxima reunião. O Presidente deu por encerrada a reunião.